

**UNIVERSIDADE PORTUCALENSE INFANTE DOM HENRIQUE**

**Departamento de Ciências Económicas e Empresariais**

**MESTRADO EM FINANÇAS**

**CONTRIBUTO DO SETOR DOS SEGUROS E DOS FUNDOS DE PENSÕES  
PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA**

**ERNESTO WALI ARÃO**

Dissertação a apresentar na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, para obtenção do grau de mestre em Finanças, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Botelho Pires.

**BENGUELA, JANEIRO DE 2014**

## **Pensamento**

A língua dos sábios destila sabedoria, a boca dos tolos arrota tolices

Provérbios 15,2

## **Agradecimentos**

A Deus Todo-Poderoso por ter-me dado a oportunidade de frequentar este mestrado.

Ao Doutor Paulo Pires pela dedicação dada nesta monografia e pelo esforço empreendido durante os dois anos de formação.

A todos que durante a elaboração desta monografia deram-me apoio material e moral.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus familiares, colegas e amigos com muito amor e carinho.

## **Resumo**

O trabalho que nos propusemos fazer tem por objetivo a análise da performance do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola, de modo a compreendermos a evolução e funcionamento dos setores em causa, assim como conhecer as principais tendências e os desafios que irão enfrentar às seguradoras e entidades gestoras de fundos de pensões, e o contributo destes para o crescimento económico de Angola.

Os dados analisados na presente monografia são provenientes do Instituto de Supervisão de Seguro de Angola (ISS) e das seguradoras Angolanas, o que nos permitiram conhecer melhor a evolução e o papel que têm desempenhado os setores dos seguros e dos fundos de pensões no crescente mercado financeiro Angolano e no produto interno bruto.

O setor dos seguros e dos fundos de pensões estão em crescimento, apesar de estarem em lenta ascensão e das inúmeras vicissitudes que os setores enfrentam, como a falta de fiscalização, que condiciona o grau de eficácia, que descreve os traços de imaturidade que tem sido confrontada com as novas tendências da internacionalização do seguro e das mudanças no sistema financeiro internacional. Os diferentes rácios macroeconómicos mostram que os setores alvos estão em desenvolvimento, fruto das reformas e das políticas do estado, que se destinam à expansão e rumo a internacionalização do setor dos seguros e dos fundos de pensões.

**Palavra-chave:** sistema financeiro, seguros, fundos de pensões e crescimento económico.

## **Abstract**

This work aims at analyzing the performance of the financial system of Angola mainly of the insurance setor and of the fund of pensions of the country itself so that we might understand the evolution and operation of the setors ongoing as well as to know the main tendencies and challenges that face the insurance companies and entities managers of funds of pensions and theirs contribution for the economical growth of Angola

The data analyzed in this monograph are coming from Institute of Supervision of Insurance of Angola (ISS) and Angolan Insurance Companies. As from the data collected, we could get aware of knowing much better the evolution and the role that has been carrying out by the insurance setors and the fund of pensions in the gross-up domestic product.

The insurance and fund of pensions are in growth in spite of being in low ascension and of the countless difficulties that the setors face such as: the lack of supervision whose consequence reduces the degree of effectiveness that describes the immaturity lines that it has been confronted with the new financial system.

The macroeconomic diversity shows us that the target setors are in development thanks to the reforms and the state policy, that are aimed to the expansion whose expectation tends to the internationalization of the insurance setor and of the funds of pensions.

Keywords: financial system, insurance, fund of pensions and economical grow.

## ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Dedicatória	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice	vii
Índice de tabelas, figuras e gráficos	ix
Abreviaturas	x
<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2. Panorâmica do setor dos seguros e dos fundos de pensões</b>	<b>7</b>
2.1. Conceito e função de seguro	7
2.2. Conceito e função dos fundos de pensões	9
2.3. Breve história dos seguros e dos fundos de pensões	10
2.4. Principais características dos seguros e dos fundos de pensões	13
2.4.1. Principais características dos seguros	13
2.4.2. Principais características dos fundos de pensões	15
2.5. Classificação do setor dos seguros	16
2.5. A regulação do estado no setor dos seguros	18
2.7. O impacto da crise financeira internacional no setor dos seguros e dos fundos de pensões	20
2.8. Principais riscos dos seguros e dos fundos de pensões	22
2.9. O setor dos seguros e dos fundos de pensões em África	23
<b>3. O setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola</b>	<b>27</b>
3.1. A génese e desenvolvimento do sistema financeiro angolano	27
3.2. Análise macroeconómica de Angola	31
3.3. História do setor dos seguros e dos fundos de pensões em	37

Angola	
3.4. Importância do setor dos seguros e dos fundos de pensões para Angola	38
3.5. Análise do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola	41
3.6. Análise comparativa dos seguros na região da SADC	52
3.7. Análise comparativa do setor dos seguros com Portugal	54
3.8. O impacto do mercado de capitais no setor dos seguros e fundos de pensões em Angola	58
3.9. Dificuldades do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola	60
3.10. Consideração final	61
<b>4. Conclusão, Recomendações e Propostas</b>	<b>64</b>
4.1. Conclusão	64
4.2. Recomendações e Propostas	67
5. Bibliografia	69
6. Glossário	75
Anexos	

## **Índice de figuras, tabelas e gráfico**

Figura n.º 1- Sistema financeiro Angolano	30
Figura n.º 2- Estrutura orgânica do setor dos seguros e dos fundos de pensões	39
Tabela n.º 1 - Indicadores macroeconómicos de Angola	31
Gráfico n.º 1 -Taxa de crescimento real do PIB	32
Gráfico n.º 2 - Inflação	32
Gráfico n.º 3 - Setor petrolífero	33
Gráfico n.º 4 - Indicador Petróleo e o PIB	33
Gráfico n.º 5 - Regressão entre o indicador Petróleo e PIB	34
Gráfico n.º 6 - Exportação e Importação	35
Gráfico n.º 7 - Taxas de câmbios	36
Gráfico n.º 8 - Dívida externa	36
Gráfico n.º 9 - Número de seguradoras e mediadoras de seguros	41
Gráfico n.º 10 - Mediadores (pessoas singulares)	41
Gráfico n.º 11 - Participação do sector dos seguros e do fundo de pensões no PIB (petróleo / seguros)	42
Gráfico n.º 19 - Ranking das melhores seguradoras	47
Gráfico n.º 20 - Número de seguradoras e sociedades gestoras de fundos	47
Gráfico n.º 21 - Densidade dos Fundos de Pensões (valores em milhões de kwanzas)	48
Gráfico n.º 22 - Taxas de Penetração dos fundos de pensões	48
Gráfico n.º 23 - Pensões pagas	49
Gráfico n.º 24 - Ativos investidos (fundos de pensões) valores em milhões de kwanzas	50
Gráfico n.º 25 - Fundos abertos e fechados	50

Gráfico n.º 26 - Margem de solvência	51
Gráfico n.º 27 - Número de seguradoras na região da SADC	52
Gráfico n.º 28 - Densidade de seguros na região da SADC	53
Gráfico n.º 29 - Taxa de penetração de seguro na região da SADC	54
Gráfico n.º 30 - Número de Fundos de Pensões Angola e Portugal	54
Gráfico n.º 31 - Seguro vida e não vida Angola e Portugal	55
Gráfico n.º 32 - Montantes de Fundos Abertos Angola e Portugal	56
Gráfico n.º 33 - Fundos Fechados Angola e Portugal	56
Gráfico n.º 34 - Ranking Sociedades Gestoras	57

## **Abreviaturas**

BA - Banco de Angola

BVDA - Bolsa de Valores e Derivados de Angola

BNA- Banco Nacional de Angola

BM- Banco Mundial

BTA-Banco Totta e Açores

BFE-Banco de Fomento Exterior

BPA-Banco Português do Atlântico

BPC- Banco de Poupança e Crédito

CMC- Comissão de Mercado de Capitais

ENSA - Empresa Nacional de Seguros de Angola

FMI- Fundo Monetário Internacional

MINFIN- Ministério das Finanças

MAPESS- Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

PIB- produto interna bruto

ISS- Instituto de Supervisão de Seguros

ISP- Instituto de Seguros de Portugal

SEF - Programa de Saneamento Económico e Financeiro

SADC- A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, conhecida por SADC, do seu nome em inglês, Southern África Development Communit

S.D- Sem data

SUSEP- Superintendência de seguros privados

S.L- Sem lugar

## **1. Introdução**

O recente desenvolvimento económico e social que o país tem sido alvo, deve-se em parte à estabilidade política, às políticas macroeconómicas empreendidas no sistema financeiro, em particular ao crescimento e expansão das instituições financeiras e não financeiras e às medidas adotadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA), que são de capital importância para o desenvolvimento da indústria seguradora Angolana e para a economia do país.

O setor dos seguros e os fundos de pensões são também parte integrante do crescimento de Angola no pós-guerra e têm passado por inúmeras transformações desde a liberalização destes setores, à iniciativa privada. Os setores em causa têm registado um crescimento tanto em tamanho como em lucros, o que tem reforçado a importância do setor no crescimento do produto interno bruto (PIB).

Os seguros e os fundos de pensões disponibilizam recursos financeiros para investimentos, possibilitando a alavancagem do desenvolvimento do país na medida em que canalizam os recursos financeiros para os setores produtivos e garantem a concessão de benefícios aos seus participantes, o que implica empregar os recursos nas modalidades mais rentáveis, sempre levando em consideração o risco (Amaral, 2004).

Os seguros e os fundos de pensões terão importante participação no mercado de capitais Angolano, constituem parte importante deste, na medida em que eles detêm parte dos investimentos diretos em bolsa. Apesar do crescimento dos setores, ainda apresentam uma baixa taxa de densidade e penetração, se tivermos em conta outros mercados da região.

Este crescimento tem sido influenciado pelas flutuações do mercado de seguro a nível local, regional e internacional, bem como a própria dinâmica macroeconómica dos setores, uma vez que o desenvolvimento económico e social de Angola tem sido influenciado pelas mudanças no sistema financeiro internacional e pelo impacto das economias regionais sobre o sistema financeiro Angolano.

Como todas as demais instituições financeiras, os seguros e os fundos de pensões também comportam riscos. Por isso é importante uma intervenção dos governos por meio das instituições reguladoras do setor (Instituto de Supervisão de Seguro, Ministério das Finanças e a Associação das Seguradoras de Angola) a elaboração de normas com vista à fiscalização dos setores com objetivo de proteger os consumidores, desde a autorização de licenciamento das seguradoras e dos fundos de pensões, e acompanhar as informações dos investimentos feitos a nível destes setores.

A presente evolução do sistema financeiro Angolano é resultado, em parte, das internacionalizações dos mercados financeiros, influenciados pela natureza e estrutura da economia mundial. Com a liberalização dos mercados financeiros e o aumento da concorrência dos mercados de seguros e dos fundos de pensões, aumenta a preocupação dos gestores, criando políticas que permitem uma maior eficiência e solidez no sistema financeiro angolano, em particular no setor dos seguros e dos fundos de pensões.

### **Justificação da escolha do tema**

A escolha deste tema foi impulsionada, em parte, pelo papel que os seguros e os fundos de pensões têm jogado no crescimento de Angola, nas mais diversas esferas, quer seja económico, político e social. Por outro lado, o tema em questão nos possibilitará conhecer a gênese dos seguros e dos fundos de pensões em Angola, tendo em conta os diversos períodos da história do setor dos seguros dos fundos de pensões e contribuir para uma cultura de poupança entre a população.

Por último, uma das grandes razões que motivou a escolha do tema foi o facto que este tem sido pouco estudado nos diferentes ciclos académico, e como se não bastasse, há escassez de bibliografia e pouca divulgação do tema em causa. Para tal, precisa de uma maior divulgação de modo que o contributo do setor dos seguros e dos fundos de pensões sejam de maior abrangência.

## **Apresentação do problema de investigação**

A partir deste quadro formulamos o seguinte problema fundamental:

### **Qual é o contributo do setor dos seguros e dos fundos de pensões para o crescimento económico de Angola?**

Na base do problema científico formulamos as seguintes perguntas de investigação:

- Quais as características do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola?
- Qual é o estado atual do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola?
- Será que o setor dos seguros e dos fundos de pensões é de capital importância para crescimento económico de Angola?
- Quais as medidas tomadas para o crescimento do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola?
- Qual é o impacto da crise financeira global sobre o setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola?

A partir do problema científico formulado, a investigação sobre o contributo do setor dos seguros e dos fundos de pensões para o crescimento económico de Angola visa os seguintes objetivos:

#### **Objetivo geral da investigação**

- Demonstrar o contributo do setor dos seguros e dos fundos de pensões para o crescimento económico de Angola.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar o estado atual do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola.
- Descrever a importância do setor dos seguros e dos fundos de pensões no desenvolvimento económico e financeiro de Angola.
- Realçar o estado atual do setor dos seguros e dos fundos de pensões e os esforços empreendidos para o seu desenvolvimento.

- Analisar os indicadores económicos e financeiros do setor dos seguros e dos fundos de pensões, a fim de medir o impacto sobre o crescimento de Angola.

### **Metodologia de investigação**

**Pesquisa documental:** Foi decisivo para a pesquisa da recolha de dados, realizada a partir de documentos, contemporânea ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos para abordagem do tema. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, complementando informações obtidas.

**Entrevistas livres:** As entrevistas livres permitiram colher informações úteis sobre contributo do setor dos seguros e dos fundos de pensões para o crescimento económico de Angola, que possibilitaram fazer uma analogia com os diversos conteúdos abordados nesta monografia e elaborar o núcleo central do presente trabalho.

**As informações da internet** permitiram obter informações de diversos autores sobre o tema em questão, abordados mediante o estudo comparativo e minucioso de diferentes autores.

A elaboração do trabalho contou com **visitas de estudos** às bibliotecas da Universidade Católica, Universidade Lusíada, Universidade Katiavala Bwila, Universidade Jean Piaget, Instituto Superior Politécnico de Benguela e a Mediática de Benguela, cujas informações constituíram uma mais-valia na materialização dos objetivos que nos propusemos a idealizar.

## **Estrutura do texto**

O trabalho foi elaborado de acordo os objetivos da investigação, uma vez que o trabalho em questão tem como meta demonstrar o contributo do setor dos seguros e dos fundos de pensões para o crescimento económico de Angola. O trabalho apresenta-se em dois capítulos.

### **Capítulo 1- Panorâmica do setor dos seguros e dos fundos de pensões**

Trata da panorâmica do setor dos seguros e dos fundos de pensões, destaca o conceito, função e classificação do setor dos seguros e dos fundos de pensões, assim como o impacto da crise financeira atual do setor dos seguros e dos fundos de pensões.

### **Capítulo 2- O setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola**

Descreve o setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola, bem como as mudanças visíveis desde o período colonial até a atualidade, assim como o papel do setor dos seguros e dos fundos de pensões no crescimento económico e financeiro de Angola.

No trabalho também consta, um resumo do trabalho, introdução, conclusão, propostas e recomendações, a bibliografia, anexos, índice de abreviaturas e para melhor compreensão do texto.

### **Limitações do trabalho**

Ao elaboramos este trabalho encontramos inúmeras dificuldades, que influenciaram os resultados e o ritmo da pesquisa. Constatamos que existe um grande deficit de bibliotecas e livrarias escolares, ao mesmo tempo um número reduzido de publicações em todas as áreas do saber, em particular em finanças, e sobre o tema em questão.

Por outro lado, não se tem tido em conta nos trabalhos de teses de licenciaturas, mestrados e doutoramento, que a nosso ver seriam importantes para o conhecimento da realidade do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola.

Constatamos a pouca participação das instituições privadas e públicas em dar apoio à investigação científica. Por isso pedimos aos titulares de cargos, governantes e as demais instituições, que fornecem apoio às iniciativas dos gêneros, uma vez que permitem compreender o papel do setor dos seguros e dos fundos de pensões para o crescimento económico de Angola.

### **Errata**

Dadas as dificuldades que tivemos de enfrentar na elaboração da presente tese, acreditamos que a influência das mesmas sobre o trabalho criou lacunas e brechas, quer no conteúdo, quer nos tratamentos de dados. Por isso pedimos com a máxima consideração as mais sinceras desculpas e compreensão pelos possíveis erros ortográficos e lacunas que este trabalho pode apresentar.

## **2. Panorâmica do setor dos seguros e dos fundos de pensões**

### **2.1. Conceito e função de seguro**

Nunes (2008) define o seguro como sendo um instrumento por meio do qual qualquer entidade, seja ela pessoa jurídica ou singular, reduz a exposição do seu património ao risco, transferindo a responsabilidade do mesmo para as seguradoras, mediante o pagamento de um prémio indicado no contrato.

Podemos entender também o seguro como um contrato estabelecido entre o segurado e a seguradora, em que este último se compromete a proteger o segurado, mediante o recebimento de um valor monetário, com o intuito de cobrir os prejuízos, resultante de um evento futuro, possível e incerto (risco) previsto no contrato, denominado de apólice de seguro.

A atividade dos seguros é exclusiva das empresas de seguros ou companhias de seguros, devidamente autorizadas por um órgão de estado. As empresas de seguros são instituições financeiras públicas ou privadas, constituídas sob forma de sociedade anónima, podendo especializarem-se em um ou vários tipos de seguros (seguro de saúde, seguro de vida e seguro de automóvel). A Razão da existência das seguradoras deve-se ao facto de que os agentes económicos e pessoa física convivem diariamente com inúmeros riscos, desde roubo, morte, incêndio, acidentes que podem influenciar no desempenho das mesmas; neste contexto as seguradoras surgem para transferência e partilha de risco que tem impacto negativo nas empresas e na economia.

Distingue-se seguro público e seguro privado. No seguro público, o risco é assumido por uma instituição governamental ou pública, podendo ainda ser privada mas sob jurisdição dos órgãos do governo sem fins remunerativo. Ao contrário do seguro público, no seguro privado o risco é garantido por uma empresa privada com objetivos lucrativos.

O setor dos seguros ocupa hoje um papel de destaque no desenvolvimento económico e social das sociedades modernas, uma vez que contribui para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de qualquer país e tem impactos profundos na vida das populações, expondo serviços de interesse social, que fazem parte do quotidiano das pessoas jurídicas e singulares.

Hoppe (s.d) explica que o papel que as empresas de seguros têm no desenvolvimento das economias ainda é reduzido, porque nem todas as pessoas tem acesso a estes serviços. As seguradoras possibilitam a transferência de riscos e elaboram as medidas de prevenção de sinistros que surgem decorrentes da atividade laboral que possam influenciar no bom funcionamento das economias, em particular das empresas e famílias.

O setor dos seguros é de capital importância para o desenvolvimento económico, visto que o seguro fornece serviços que garantem a proteção das pessoas e dos ativos de empresas nos diversos setores da economia, nomeadamente a indústria, pesca, agricultura, saúde, gerindo riscos, de modo a que as empresas possam dar continuidade ao funcionamento e expansão dos negócios, proteger a estrutura e o património, trazendo mais segurança e tranquilidade aos seus negócios, mobilizando poupança e impulsionando a criação de investimentos a nível do setor empresarial.

O seguro oferece, a contrapartida para proteção de financiamentos relacionados aos investimentos. As seguradoras apoiam estratégias empresariais, mobilidade humana, investigação científica e investimentos macros e microeconómicos. Cultivam uma relação de proximidade e de confiança com os agentes económicos e os cidadãos, desempenhando um papel decisivo para o êxito da atividade humana.

O setor de seguros fornece cobertura contra riscos ligados a todos os aspetos da vida moderna, desde perdas relacionadas aos exercícios de atividades profissionais, morte e invalidez, desastres naturais e património coletivo e pessoal. O seguro permite às empresas e às pessoas singulares transferirem os seus riscos as seguradoras, reduzindo desse modo o custo da

perda. A gestão de riscos é de capital importância para o setor dos seguros. Por meio deste mecanismo as companhias de seguros buscam formas de evitarem a ocorrência de situações contrárias aos interesses das empresas, reduzindo as perdas materiais, humanas e financeiras, impondo regras de controlo dos riscos.

As companhias de seguros são importantes fornecedoras de créditos às empresas não financeiras e são principais responsáveis na transferência de risco no mercado de crédito. Todas as Seguradoras possuem técnicas que lhes garantem estabilidade financeira e minimizar os riscos, para obter resultados financeiros de acordo com os investimentos realizados. Porém, o seguro é cada vez mais indispensável no atual contexto em que vivemos, uma vez que contribui para o fortalecimento e solidez e proteção das sociedades.

## **2.2. Conceito e função dos fundos de pensões**

Pode definir-se fundos de pensões como uma instituição, cujo objetivo se restringe à execução de planos de pensões, mediante a elaboração de programas que definem as condições dos fundos de entre outros, o direito ao recebimento de uma pensão a título de pré-reforma, reforma antecipada, reforma por velhice, por invalidez ou de sobrevivência, de acordo com o definido nos respectivos planos, (ISP, 2013).

Entende-se ainda como fundos de pensões as instituições fechadas de previdência, organizadas por empresas ou grupos de empresas, com a finalidade de realizar investimentos para garantir uma complementação da aposentadoria aos empregados ou trabalhadores que aderirem ao plano.

Os fundos de pensões além de servirem para garantir uma aposentadoria confortável para empregados e servidores públicos, são provedores de grande magnitude dos investimentos na economia, atuando como agentes do desenvolvimento económico ao investirem seus recursos de forma produtiva. As receitas investidas constituem o património das sociedades de fundos de pensões, que é aplicado em imóveis e ações, dentro de limites estabelecidos de acordo as leis de cada país.

Segundo Silva (2012) destaca como funções básicas dos fundos de pensões as seguintes:

- Complementação dos benefícios da providência.
- Redução dos encargos com providências social.
- Parceiro do estado na privatização de projetos que são implementados através de aquisição de ações, bem como nos programas de desmobilização, adquirindo imóveis postos à disposição pelos governos.

A par das inúmeras vantagens, os fundos de pensões também têm desvantagens, já que representam investimentos de baixa liquidez e que a recuperação dos fundos só é possível com antecedência no caso de abandono do emprego ou demissão. Outro problema que os fundos de pensões enfrentam é o facto de não conseguirem fazer os pagamentos dos benefícios. Por isso, é importante que os beneficiários fiquem atentos às notícias que saem sobre os fundos de pensões e acompanhem as informações de investimentos que os gestores dos fundos de pensões são obrigados a enviar trimestralmente aos organismos de controlo.

Segundo Barbosa (2004), os fundos de pensões são de capital importância do ponto de vista social e económico, porque permitem a geração de poupança interna e o aumento do investimento produtivo. Por outro lado, permitem a geração de empregos, mediante injeção dos seus recursos financeiros nos mercados financeiros, contribuindo para o aumento de capital da economia de qualquer país e à diversificação do capital e da carteira de investimentos das empresas.

### **2.3. Breve história dos seguros e dos fundos de pensões**

A história das sociedades de seguros não é recente; ela surgiu quando os esforços do homem estavam viradas para garantir a sua vida, a segurança de sua família e a manutenção de seu património. O seguro remota desde as primeiras civilizações fluviais antigas, concretamente na China Antiga a partir de 5.000 a 2.300 a.C., quando os chineses distribuía mercadorias dos vários comerciantes e em várias embarcações de modo a minimizar os riscos de

acidente em casos de acidentes ou afundamento das embarcações, (Revista "Tudo sobre Seguros", 2012)

Na Mesopotâmia existia, entre os condutores de caravanas, um acordo que garantia aos seus participantes a restituição de animais de carga sadios sempre que os seus se perdessem por morte, fuga ou ataque de feras selvagens. Esta prática seria precursora do seguro terrestre, surgida nas rotas comerciais que atravessavam a Ásia e o norte da África.

Na Babilónia, os integrantes das caravanas que no deserto se juntavam para substituir os camelos – em virtude da perda de um animal por parte de um dos integrantes durante a viagem. Já no século V A.C., a Fenícia e a Grécia estabeleceram uma forma primitiva de seguro marítimo: por meio de contrato em que qualquer pessoa podia emprestar determinado valor sobre algo exposto a risco (navio ou mercadorias em viagem), cobrando juros elevadíssimos e em caso de acidente perderia o emprestado, se ocorresse algum dano, (BAS, corretora de seguros, 2013).

Na Idade Média, os seguros começaram a ganhar importância com o ressurgir do comércio marítimo. Neste período, as sociedades de seguros eram instituições de proteção económica da coletividade. Com o Renascimento, passaram a dar atenção ao contrato de dinheiro e risco marítimo, as mesmas baseavam em empréstimo concedido aos navegadores, com retorno elevado caso houvesse sucesso e o perdão da dívida se a embarcação e a carga fossem perdidas. Este tipo de contrato permitiu a proteção das mercadorias que eram obtidas em terra e por mar. Em 1234, o Papa Gregório IX proibiu o Contrato de Dinheiro e Risco Marítimo na Europa. Este facto levou as pessoas que atuavam neste ramo de seguro a buscarem alternativas para continuarem.

O primeiro contrato de seguro surgiu em Génova em 1347, e a emissão da primeira apólice. Era um contrato de seguro de transporte marítimo de mercadorias entre Génova e a ilha de Maiorca. Ambos foram criados para navegadores cuja atividade comercial era uma prática constante e revestidas e incessantes. Nele possuíam diversas cláusulas que favoreciam os seguradores de pagarem as indemnizações.

Com o Grande Incêndio de Londres de 1666, que destruiu cerca de 25% da cidade, os ingleses fundaram o "Fire Office" para socorro de incêndio em Londres, para reduzir os danos financeiros contra acidentes, dando origem ao antigo seguro terrestre, o seguro contra incêndio. Em 1846, surgiu a Colônia de Resseguros na Alemanha, extendendo a atividade das seguradoras para outros ramos de atividades, nomeadamente agricultura criação de gado, contra acidentes de trabalho, contra as inundações e transporte.

O desenvolvimento e expansão da indústria, do comércio, dos transportes, das tecnologias de informação, levou ao rápido crescimento das sociedades de seguradoras para fazer face às exigências dos mercados locais e internacionais. Nos dias de hoje, existem diferentes formas de indemnização de acordo com as necessidades do homem e desenvolvimento das sociedades. Os valores em causa dependem das necessidades do segurado (empresas e indivíduos) de se prevenir contra acontecimentos inesperados, que possam criar danos incalculáveis aos diferentes setores da sociedade.

O primeiro fundo de pensões surgiu nos Estados Unidos (EUA), por volta de 1885, por iniciativa privada. Tratava-se de aposentadoria paga pelos trabalhadores de enormes empresas ferroviárias e bancos. Por volta de 1913, os EUA, por meio de iniciativas fiscais, incentivou o surgimento de aposentadoria para todos os trabalhadores, (Jardim, 2010).

Em 1950, a General Motors implementou os fundos de pensões nas suas estratégias de recursos humanos, impulsionando o crescimento dos fundos de pensões nos EUA. Os fundos de pensões foram integrados como componente das políticas públicas. De 1960 e 1970, os Estados Unidos foi palco de extinção de várias empresas e, ao mesmo tempo, os muitos trabalhadores não pagavam a sua aposentadoria, levando sociedades privadas de fundos de pensões à beira da falência, obrigando à promulgação, em 1974,

da lei de proteção da poupança-aposentadoria, que levou o nome de Employee Retirement Income Security Act (Erisa)<sup>1</sup>.

## **2.4. Principais características dos seguros e dos fundos de pensões**

### **2.4.1. Principais características dos seguros**

Os principais elementos constitutivos que permitem identificarem as propriedades inerentes ao setor dos seguros: são Risco, Sinistro, Segurador, Segurado, Prémio, Indemnização e Franquia.

A palavra risco pode ser definida como a possibilidade de ocorrências de um dano ou uma situação inesperada, com consequências nefastas a pessoa física ou singular, como danos. O risco ocorre da vulnerabilidade ou da exposição de ambiente desfavorável; risco distingue-se de perigo por estar ligado a vulnerabilidade, o mesmo resulta da probabilidade de ocorrências de perigo e de danos provável, contrário do perigo probabilidade que ocorrência de um acidente. A ocorrência de um risco depende de factores económicos e das condições concretas de uma região, (RoboForex, 2013).

Sinistro entende-se como a concretização de um risco capaz de provocar danos financeiros. Podemos definir ainda como um dano cujo prejuízo pode ser coberto pela seguradora, em função do contrato estabelecido entre Segurado e Seguradora, que pode ser total ou parcial; total quando implica o desaparecimento do objeto com um todo e parcial quando se refere apenas a uma parte do objeto segurado, (RoboForex, 2013).

Os segurados são pessoas, física ou jurídica, que beneficiam do contrato com seguro, mediante os pagamentos de um prémio. Os segurados podem ser divididos em quatro grupos: segurados obrigatórios (empregado doméstico, trabalhador avulso); segurados obrigatórios individuais (autónomos, empresários); segurados obrigatórios especiais (produtor rural) e segurados facultativos (dona-de-casa ou estudante).

---

<sup>1</sup> Esta lei permitiu que os EUA considerassem os fundos de pensões como parte importante da proteção pública, o que incentivou à criação de política sobre um arranjo privado-económico, garantindo proteção social aos fundos de pensões, (Jardim, 2010).

Prémio é o preço pago pelo segurado à seguradora em virtude da contratação do seguro de maneira a que a esta assuma a responsabilidade na cobertura de um determinado risco. O seu valor depende do tempo do seguro, do objeto ou serviço segurado. O prémio deve estar em concordância com o serviço prestado no contrato, nunca superior ao objeto ou serviço em causa no contrato. O valor do prémio serve para colmatar as indemnizações, as despesas administrativas, as comissões e gerar lucro para a seguradora. A ausência do prémio implica o fim do contrato de seguro, (Revista "Tudo sobre o Seguros", 2012)

A indemnização define-se como a recompensa financeira a pagar a uma pessoa física ou jurídica com o objetivo de anular ou minimizar os prejuízos moral ou físico, resultante do incumprimento parcial ou global de um contrato, por meio da transgressão de direitos invioláveis. Indemnização é requerida na base da formulação de um pedido de indemnização. A indemnização depende da extensão dos danos e o valor a indemnizar depende das modalidades do contrato. O reembolso é feito com base nas despesas que o segurado teve de pagar como forma de cobrir os prejuízos materiais ou morais do segurado ou dos beneficiários, indemnizando-os diretamente ao proprietário do bem em causa, (Guia de indemnizações, 2013).

Os beneficiários são os indivíduos que se deleitam do seguro, nomeadamente aqueles de acordo com o contrato gozam o direito de receber a indenização ou parte dela, prevista no contrato do seguro. No caso do seguro de vida a indemnização será paga aos beneficiários indicados no seguro. No setor dos seguros, os beneficiários recebem uma indemnização se a seguradora for responsável pelo risco coberto pela apólice, ( SUSEP, 2013).

Por franquia podemos entender como o limite de responsabilidade do segurado nos danos resultante de um sinistro conforme cláusula previamente estabelecida no contrato. A franquia tem função preventiva, porque o tomador do seguro sabe que uma parte do prejuízo ficará a seu cargo, o que obrigará a ter maior responsabilidade de modo a evitar a ocorrência de sinistros ou reduzir os efeitos dos mesmos.

Quanto maior for a franquia, menor será o prêmio. As seguradoras reduzem os seus encargos, já que os sinistros mais pequenos não são indemnizados. A utilização de franquias reduz consideravelmente as participações de ocorrência, logo os prêmios de seguro não são agravados, (Enciclopédia e dicionário Porto, 2013).

Além dos elementos definidos como caracterizadores do setor dos seguros, existem elementos que constituem os fundamentos dos setores em estudo, nomeadamente, Mutualismo, Incerteza e Previdência. Para o seguro, o mutualismo permite a formação de grupos com vista a dividirem os riscos de um acontecimento imprevisível. O mutualismo representa o núcleo das atividades das seguradoras, ocorrendo mediante o pagamento de seguro de um considerável grupo de pessoas ou empresas da mesma característica. As instituições de seguro aplicam os respetivos montantes para indemnizar os prejuízos provocados por danos aos bens segurados.

A incerteza descreve a ausência de conhecimento sobre um dado acontecimento ou ato. A incerteza comporta dois elementos essenciais. A possibilidade de ocorrência do evento e o momento da ocorrência. A Previdência garante a renda ao segurado e às pessoas próximas, em virtude de ocorrência de sinistro (doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice), permitindo maior estabilidade dos rendimentos do seguro.

#### **2.4.2. Principais características dos fundos de pensões**

Os fundos de pensões podem ser abertos e fechados. Considera-se um fundo fechado quando temos somente um associado ou quando entre diversos associados haver simplesmente um elo de âmbito empresarial, associativo, profissional ou social e o ingresso de novos sócios estará sujeito a um acordo entre ambos. Na maior parte dos casos o valor dos fundos é obtido mediante o valor líquido dos ativos dos fundos. Os fundos de pensões fechados são de capital importância, porque garantem uma gestão fundamentada nas reais necessidades dos associados, tendo em conta as particularidades dos associados e a natureza de risco que o caracteriza.

Os fundos de pensões abertas surgem quando não há nenhuma ligação entre os diversos associados dos fundos de pensões e o ingresso dos associados no fundo depende dos critérios da gestora dos fundos. Os fundos de pensões abertos garantem a preservação de um plano de pensões próprio. Pagam pelos associados que labutam de forma a alcançar resultados positivos.

## **2.5.Classificação do setor dos seguros**

O setor dos seguros comporta dois ramos principais: o seguro de perdas e danos e o seguro de vida-capitalização e saúde.

O primeiro compreende:

- O seguro de perdas e danos, seguro das coisas (automóvel, habitação e empresas), em caso de (incendio, acidente de trabalho e riscos diversos).
- O seguro de responsabilidade civil, seguro das vítimas de um dano.

O segundo compreende:

- O seguro de vida-capitalização e saúde

No seguro de perdas e danos encontrarmos o seguro automóvel. Esta modalidade de seguro tem desempenhado um papel fulcral nas sociedades moderna e não só, dando a cobertura dos danos causados pelo assegurado em caso de acidente ou ainda possíveis danos que a viatura possa ter. Distinguem-se o seguro automóvel e o seguro automóvel obrigatório. O primeiro diz respeito aos prejuízos causados por acidentes, roubos da viatura segurada. O seguro automóvel obrigatório imputa a responsabilidade à seguradora dos possíveis danos materiais e físicos, causados pelos segurados a terceiro.

O seguro empresarial é um contrato em que as empresas privadas e públicas estabelecem com as sociedades de seguros para garantir a proteção do seu património e serviços capazes de fazerem face às necessidades das empresas nos mais variados setores da economia e, ao mesmo tempo, atua também na prevenção e reposição em caso de sinistralidade de danos ao imóvel, incêndio, explosões, roubos, danos eléctricos, furto ou desaparecimento de bens e mercadorias, subtração de máquinas ou mercadorias. O seguro habitacional tem por objetivo a cobertura dos danos físicos de um imóvel, com intuito de dar maior proteção ao imóvel e evitar a depreciação ou destruição do imóvel.

No seguro de acidente de trabalho, as seguradoras estabelecem contratos com as empresas, de modo a colmatar os problemas que possam surgir durante atividade laboral ou patologias ligadas ou provocada pelas atividades laborais. Este tipo de seguro indemniza os trabalhadores e parentes ou família, em caso de acidente morte ou doença, durante o trabalho ou deslocação no local de trabalho. O trabalhador só terá acesso ao seguro contra acidente se estiver inscrito na seguradora.

Não menos importante é o seguro de vida, este é um contrato entre a seguradora e pessoas singulares e empresas, onde este último se compromete a pagar dentro dos prazos acordos um prémio, de modo que as pessoas próximas do assegurado possam beneficiar do montante em caso de morte deste. O seguro de vida permite proteger familiares e pessoas próximas do segurado em caso de morte. Distinguem-se seguro vida individual e seguro de vida coletivo. No primeiro, o prémio depende em grande medida da idade do segurado e é amortizado em prestações, sem que tenha acesso ao valor do contrato, beneficiando apenas em caso de reforma; o seguro de vida coletivo é afecto a diversas pessoas, conectados por algum motivo e que lhes garantem uma melhor condição de contrato diante da seguradora, como a redução do prémio a pagar por integrante.

O seguro de saúde é outra modalidade de seguro que tem por finalidade a proteção do segurado contra os riscos, que surgem com os custos ligados ao tratamento de patologias, possibilitando que na falta de recursos financeiros, o segurador dispõe de recursos para pagar as despesas médicas e medicamentosa em favor do assegurado conforme as cláusulas contidas nas apólices do contrato (consta histórico médico do segurado, condição de vida, agregado familiar e informações que asseguram o estado de saúde do assegurado). O seguro de saúde pode ser feito por instituições públicas e privadas.

## **2.6. A regulação do estado no setor dos seguros**

As constantes mudanças do setor dos seguros no plano internacional e a crescente ocorrência e o desenvolvimento do setor a nível nacional como regional, tem levado a uma intervenção incessante dos governos por meio das instituições reguladoras do setor a elaboração de normas com vista à regulamentação do setor do seguro. A sua intervenção vai desde a autorização e ao licenciamento das seguradoras, assim como a elaboração de normas com vista à fiscalização do setor com objetivo de proteger os consumidores e fazer do setor um instrumento decisivo para o crescimento económico e para o desenvolvimento dos mercados financeiros, a fim de evitar a concorrência desleal e garantir a estabilidade do mercado de seguros.

Segundo Baltensperger (2007), a intervenção do estado no mercado de seguros dependem das assimetrias de informação afeto às relações nos mercados financeiros e dos esforços de prevenção de danos aos clientes, no que concerne às suas necessidades de prevenção de danos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os danos dizem respeito às consequências resultantes do contrato, nomeadamente das perdas e danos resultante do risco moral e sistémico e da incapacidade das seguradoras em apartar os diferentes grupos de risco, criando a necessidade de proteção contra um colapso do sistema de pagamentos, crises financeiras e custos para a economia.

A ação do estado estende-se às empresas de seguros, resseguros e aos intermediários de seguros. Muitos são os estados que organizam seminários com fins educativos e informativos, de modo a fornecer aos consumidores e públicos em geral informações úteis sobre a importância do mercado de seguros e sobre as questões fundamentais que envolve o setor.

Por outro lado, os estados são também responsáveis pelas infusões de capital nas grandes seguradoras visando dar maior liquidez e evitar perdas e crises no setor. A regulação do estado dos seguros fornece importantes receitas ao estado provenientes da fiscalização e dos impostos, já que as seguradoras que não cumpram com os requisitos regulamentares estão sujeitas à suspensão das suas licenças e multas por violação dos regulamentos. Cabe às instituições reguladoras de seguro:

- Avaliar o capital mínimo exigido por uma empresa de seguros
- Avaliar os ativos das empresas de seguros
- Elaboração da tarifa mínima e máxima para o prêmio tendo em conta a categoria do seguro.
- Imposição de sanções as irregularidades visíveis em fraudes nas empresas de seguros.
- Designação de seguro que podem ser considerados obrigatórios, e definir os pressupostos legais afeto a este seguro.

As tarifas e os critérios de classificação do setor variam de estado para estado, tendo em conta as suas leis, sistemas políticos e programas de desenvolvimento e as necessidades de evitar a falência das empresas do setor. As companhias de seguro são obrigadas a seguir todas as mesmas leis, como em qualquer outra a atividade, feita por meio de instituições devidamente vocacionadas para o efeito, este pode ser de âmbito nacional e regional.

Cabe ao estado conceder às seguradoras a liberdade de fixar preços e outras condições das apólices. Tanto os corretores de seguros e as seguradoras devem estar licenciadas de modo comercializarem os seus produtos e cumprirem com as leis que regem a sua atividade. Os prémios geralmente não estão sujeitos a regulamentos na sua aplicação, em muitos casos os agentes reguladores do seguro procuram junto das seguradoras um equilíbrio entre o prémio e os benefícios e evitar que sejam demasiado altos, ao mesmo tempo que os contratos das apólices têm um padrão mínimo e que os riscos sejam cobertos a tempo.

Em caso de falência das empresas de seguros, os estados adoptam políticas que colmatam as dificuldades financeiras. O controlo das empresas de seguro privadas exige a criação de regulação específica. Atualmente, em muitos países, o setor dos seguros é regulado por um organismo autónomo, a exemplo temos a Índia.

## **2.7. O impacto da crise financeira internacional no setor dos seguros e dos fundos de pensões**

As crises no sistema financeiro internacional não são recentes, datando dos anos 30 d.C. Elas surgem porque os mercados e economias mundiais estão interligadas, de tal modo que permite a aproximação de mercados, criando uma relação cada vez mais intensa entre os mercados financeiros a nível regional e internacional. A crise económica desencadeada a partir de um país desenvolvido pode-se difundir para outras nações com quem tem relações comerciais.

A mais a recente crise no sistema financeiro internacional teve início em 2008, causando dano à economia mundial. A mesma foi consequência da desregulamentação dos mercados financeiros, iniciada nos anos 80.

Para Aguiar (2013), a crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo e do sistema financeiro internacional, provocando a recessão das economias dos países mais industrializados, estendendo-se a todo o globo, devido à ligação entre os mercados financeiros.

Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, conhecido como hipotecas subprime, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira difundiu-se pelo mundo todo.

Como as taxas de juros praticadas pelos mercados financeiros internacionais eram reduzidas, os bancos americanos começaram a conceder créditos a taxa de juros elevadíssimas, comparados às praticadas pelos mercados financeiros internacionais. Em muitos casos concediam empréstimos às pessoas que não possuíam emprego fixo. O objetivo dos bancos era aproveitar a explosão do setor imobiliário, uma vez que os credores ofereciam hipotecas supervalorizadas; nos imóveis passaram em pouco tempo a estar sobrevalorizados, isto é, passavam a custar mais do que o valor do empréstimo.

Devido à rápida expansão do crédito, os bancos americanos tiveram de recorrer aos bancos estrangeiros, que confiavam nos bancos americanos, do que na liquidez destes dos mesmos. Os bancos americanos continuavam a conceder crédito, até ao ponto de não terem liquidez, porque tinham reduzido capital e os seus ativos, dando origem à crise financeira, que em pouco tempo se espalhou para o resto do mundo devido a forte relação que estes mantinham com a banca e com a economia americana.

Com o desenvolvimento económico, as economias nacionais estão intimamente ligadas as políticas que regem o sistema financeiro mundial e do impacto das mudanças no sistema financeiro internacional. A redução do consumo nos países afetados, tem provocado a diminuição das exportações e diminuição da produção e do crescimento económico.

Segundo Seabra (2008), todas as empresas e mercados financeiros de todo mundo foram abaladas pela crise financeira, as seguradoras e resseguradoras também foram atingidas pela diminuição do status nacional de cada país. Com a redução dos ratings de vários países importantes para a atividade seguradora, provocou a perda das reservas dos ativos.

As consequências da crise financeira internacional, atingiram outros continentes, criando danos nos mercados financeiros internacionais, nacionais e as instituições bancárias e seguros, afetando as empresas de seguros, o património das seguradoras e o preços das ações nas bolsas de valores. As seguradoras tiveram que conceder elevados volumes de indemnizações decorrentes da crise.

A crise tem obrigado os governos a desdobrar a sua intervenção nos mercados financeiros através das várias instituições (no caso de Angola, instituto de supervisão de seguros e ministério das finanças) vocacionadas para o efeito, de modo a evitar uma propagação sem precedentes da crise, mediante uma maior fiscalização do setor dos seguros e dos fundos de pensões, por meio da supervisão e avaliação de riscos.

O controlo direto permite a normalização do funcionamento técnico e financeiro das instituições financeiras angolanas, em particular o setor dos seguros e dos fundos de pensões. O grande desafio dos governos consiste na elaboração de políticas que possibilitem às seguradoras manter as vendas elevadas dentro do custo administrativo necessário para garantir lucros satisfatórios, em detrimento do impacto da crise financeira internacional nestes setores.

## **2.8. Principais riscos dos seguros e dos fundos de pensões**

Riscos têm levado as instituições financeiras a desenvolverem esforços em busca de gestão mais eficiente. De entre os riscos que assolam o mercado de seguros e dos fundos de pensões, destacam-se o risco atuarial, risco moral e ao risco de mercado. Machado (s.d) define como o risco decorrentes da adoção de premissas atuarias que são agressivas ou pouco aderentes a massa de participantes ou do uso de metodologia, que se mostram pouco adequada.

Este risco é de capital importância porque possibilita os participantes gerir os seus compromissos atuais e futuros.

De acordo com Barbosa (2004), os limites do equilíbrio atuarial estão para além do equilíbrio financeiro<sup>3</sup>, no equilíbrio atuarial às despesas e os restantes gastos correspondem fontes que estejam em altura dos gastos realizados. Este risco surge da utilização de métodos atuariais inadequados, como: mortalidade, longevidade, invalidez, inflação, liquidez, etc. A abordagem do mesmo tem por finalidade velar pelos indicadores de segurança económico-financeira, de modo a garantir que as seguradoras ou os fundos tenham liquidez.

O risco de mercado entende-se como a perspetiva de possíveis perdas resultantes de flutuações nos preços e taxas de mercado. Os retornos esperados de um investimento dependem da influência de factores específicos do mercado, como exemplo: taxas de juros, taxas de câmbio, preços de Commodities (preços de mercadorias) e preços de ações. O risco de mercado é determinado pelos fluxos das taxas de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem influenciar o funcionamento económico-financeiro do plano de benefícios das seguradoras e fundos de pensões e seus ativos.

Para Rebello (2008), o risco moral é usado no mercado de seguros, para referenciar um tipo de falha de mercado, quando uma empresa ou pessoas singular esta seguradas, mas não pode ser manipulada pela empresa de seguro por dispor de poucas informações, influenciando na mudança de atitude deste, aumentando a probabilidade de ocorrência do evento que origina esse risco. O problema do risco moral, que tem de ser assumido pelas empresas seguradoras, leva-as a melhorar os preços das apólices. O risco moral é

---

<sup>3</sup> O equilíbrio financeiro enuncia que as despesas e gastos correntes devem ser iguais às receitas correntes adicionadas às provisões ou quaisquer modalidades de reservas acumuladas.

relacionado à informação assimétrica<sup>4</sup>, uma situação na qual uma parte na transação possui mais informações que a outra.

## **2.9. O setor dos seguros e os fundos de pensões em África**

As sociedades de seguros e fundos de pensões em África são deveras limitados, nem todos os habitantes do continente têm acesso a estes serviços e uma das grandes dificuldades reside nos elevados montantes dos prémios de seguro, agravado pela pobreza que assola os estados do continente e pelo deficiente funcionamento das instituições de seguros e dos fundos de pensões, elevada taxa de desemprego e a condição de pobreza e miséria que as populações têm sido alvo. Por outro lado, uma das grandes limitações são as guerras civis que desde a guerra fria são responsáveis pelo atraso e pela instabilidade política que muitos países enfrentam, (Quental, 2003).

O baixo nível de crescimento do setor financeiro, o difícil acesso aos registos de identidade e outros documentos têm influenciado na deficiente expansão dos setores em análise nesta monografia. O excessivo grau de incumprimento nos pagamentos dos prémios tem também influenciado no lento desenvolvimento dos setores dos seguros e dos fundos de pensões. A dependência de capitais estrangeiro tem sido um fator importante e tem contribuído para a rápida expansão dos mercados financeiros em África.

A maior parte das empresas de seguros e de fundos de pensões em África são de iniciativas privadas e dividem os mesmos espaços com seguradoras e fundos de pensões públicos. Os reduzidos capitais, as limitações no acesso ao crédito e os baixos orçamentos impedem que as empresas de seguros estendam os seus serviços dentro e fora das zonas urbanas.

---

<sup>4</sup> A assimetria de informação é um fato marcante dos mercados financeiros, caracterizado pelo desconhecimento da qualidade dos serviços e bens ofertados por uma empresa ou por parte dos clientes, influenciado pelo comportamento dos agentes económico, (Rebello, 2008).

A expansão destes setores, no continente berço da humanidade, tem sido pela concorrência entre as instituições de seguros que partilham o mercado de seguros e pelas tecnologia de informação e inovações tecnológicas e a globalização financeira, que têm permitido o intercâmbio entre as seguradoras e fundos de pensões nacionais com instituições estrangeiras, influenciado pelos rápidos progressos do setor informático, telecomunicações e cooperação interbancária a nível interno como externo.

A constituição do sistema financeiro africano, em particular do setor dos seguros e dos fundos de pensões, funciona mediante a realidade de cada país, atendendo aos vários problema que os mesmos enfrentam, como guerra civil, seca, conflitos étnicos, recursos naturais, instabilidade política, má governação, corrupção, escassez de pessoal qualificado e pobreza. O sucesso do sistema financeiro africano depende de políticas macroeconómicas dos seus respectivos governos e da existência de liquidez nos mercados financeiros nacionais e internacionais, assim como das políticas de desenvolvimento das instituições financeiras internacionais (exemplo, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial).

O sistema financeiro africano é fortemente controlado pelos ministérios das finanças de cada governo, que possuem autonomia e, em conexão com os ministérios das finanças, elaboram as normas, que regem as instituições financeiras e económicas. A participação dos bancos e outras instituições financeiras na distribuição de seguros (ou seja, bancassurance) varia muito em toda África, dependendo do produto e da estrutura do mercado. As instituições bancárias oferecem uma ampla gama de produtos relacionados com seguros e fundos de pensões, embora em muitos casos exercem apenas uma influência limitada nestes setores, (Revista de mercados de seguros, Apólices, 2013).

Com a crise financeira internacional que surgiu no mercado imobiliário norte-americano e europeu, com o continente africano, em particular a África subsariana se apresenta como a região mais afectada, com diminuição da taxa de crescimento nos principais centros económicos mundiais, uma vez que o continente depende das ajudas financeiras e dos investimentos de instituições europeias e americanas, (Fernandes, 2012).

### **3. O setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola**

#### **3.1. A génese e desenvolvimento do sistema financeiro Angola**

Angola encontra-se situado costa na ocidental de África, cujo território faz fronteira a norte e a nordeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, a sul com a Namíbia e a oeste com o Oceano Atlântico. As estimativas da população de Angola são de aproximadamente de 19 milhões. Angola é o segundo maior produtor de petróleo e exportador de diamantes da África Subsariana. Angola é rica em minerais, especialmente diamantes, petróleo e minério de ferro; possui também jazidas de cobre, manganês, fosfatos, sal, mica, chumbo, estanho, ouro, prata e platina. Um país rico com uma população maioritariamente pobre.

Os ganhos obtidos com a venda dos recursos naturais é bastante desigual entre a população. Apenas um pequeno grupo social, detentores do poder político, administrativo e militar, beneficia em larga escala deste recurso. 37% da população angolana vive abaixo da linha de pobreza, especialmente no meio rural (o índice de pobreza é de 58,3%, enquanto o do meio urbano é de apenas 19%).

A história da colonização de Angola data de 1482 com a chegada de Diogo Cão à foz do rio Congo, datando desta época os primeiro contacto de europeus, culminando com a implementação do tráfico de escravos que teve o seu fim com o início da colonização no século XIX. A 11 de novembro de 1975 foi proclamada a independência de Angola, pondo os largos anos de domínio colonial.

Com a independência, a antiga colónia portuguesa passou a designar-se de República Popular de Angola e as autoridades angolanas adotaram o socialismo. Após a proclamação da independência tem início a Guerra Civil Angolana entre os três movimentos (UNITA, MPLA e FNLA). A guerra civil de 27 anos provocou inúmeros prejuízos às instituições políticas e sociais do país, estimam em 1,8 milhões o número de pessoas internamente deslocadas. A guerra durou até 2002 e terminou com a morte, em combate, do líder histórico

da UNITA, Jonas Savimbi e com assinatura dos acordos de Luanda, assinado aos 4 de abril de 2002.

O sistema financeiro angolano data desde o surgimento em Angola do primeiro estabelecimento bancário em 1865, o Banco de Angola, filial do Banco Nacional Ultramarino<sup>5</sup>, as notas emitidas por este Banco e constitui moeda nacional. A existência desta instituição bancária foi marcada por momentos de instabilidade, devido ao descontrolo da emissão de moeda, que criou pânico financeiro, obrigando à criação da Junta de Moeda. As reformas monetárias tinham por objetivo por fim ao caos instalado pela emissão excessiva de moeda (BNA, 2013).

O Banco de Angola deteve o monopólio da atividade bancária em Angola até 1957, ao momento que aparece no mercado bancário da colónia de Angola o Banco Comercial de Angola, um banco de direito Angolano. O Banco de Angola passou a contar com a concorrência de mais cinco instituições bancárias, Banco Comercial de Angola, o Banco de Crédito Comercial e Industrial, o Banco Totta Standart de Angola, o Banco Pinto & Sotto Mayor e o Banco Inter Unido, e com quatro instituições de crédito, o Instituto de Crédito de Angola, o Banco de Fomento Nacional, a Caixa de Crédito Agro- Pecuária e o Montepio de Angola, (Minfin, 2013).

Devido à fuga massiva de quadros, ligados a fuga de capitais, provocou a redução imediata da liquidez do setor bancário de Angola. De forma a reorganizar todo o sistema financeiro, as autoridades levaram a cabo a 14 de Agosto de 1975 a tomada da Banca, segundo (Lisboa, 2013), este intento tinha como finalidade a direção e coordenação de todas as instituições de créditos, que na altura viram seus órgãos suspensos.

---

<sup>5</sup> O Banco Nacional Ultramarino é um banco português que operava em diversos países, mas em especial nas antigas colónias portuguesas, (BNA, 2013).

As autoridades angolanas confiscaram os ativos e os passivos do Banco de Angola e criou o Banco Nacional de Angola através da Lei Nº 69/76 publicada no Diário da República Nº 266 – 1ª Série de 10 de Novembro de 1976, com funções de Banco central, Banco Emissor, Caixa do Tesouro, e de Comércio Bancário e nacionalizou o Banco Comercial de Angola e cria o Banco Popular de Angola atuando principalmente como Banco de captação de poupanças individuais, no abrigo da lei nº70/76, (Almeida, 2011).

Em 1978 surgiu a primeira empresa de seguros Angolana, passando a incorporar todos os ativos e passivos das companhias privadas seguradoras. Em 1987, tendo em vista a transição para economia de livre concorrência, as autoridades angolanas empreenderam reformas que culminaram com a criação do programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF)<sup>6</sup>. Foram implementadas reformas no setor financeiro, dado o seu papel na mobilização das poupanças, na distribuição de recursos e na estabilização macroeconómica de Angola, (Manuel, 2010).

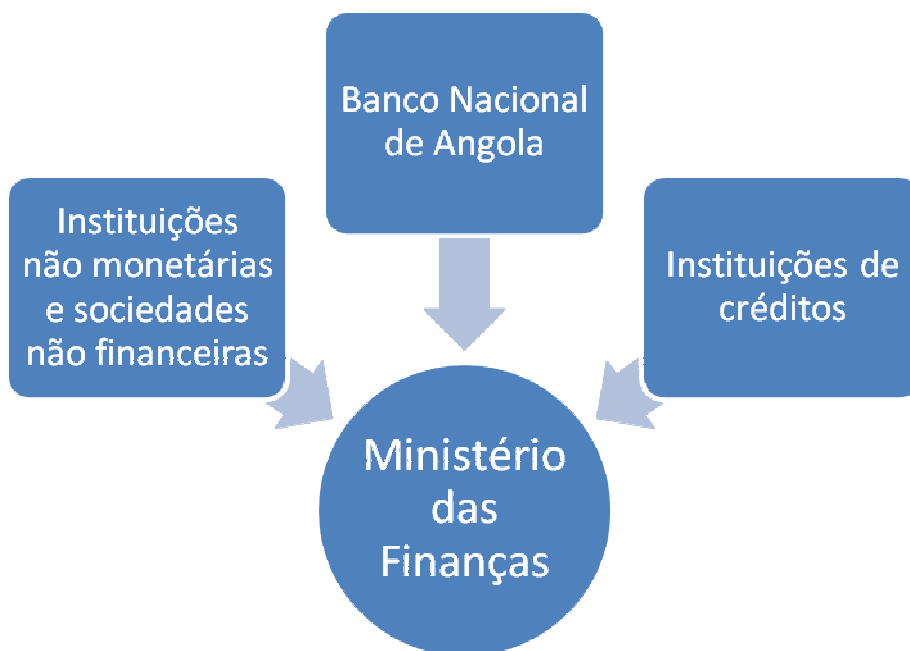
A partir de 1991, o Banco Nacional de Angola passou a ser o Banco Central, sendo a autoridade monetária e cambial do país. O Banco Nacional de Angola deixou de abrir contas de depósitos em moeda nacional e em moeda estrangeira. O setor bancário Angolano passou a ser constituído por mais dois Bancos comerciais Angolanos constituídos sob forma de sociedades anónimas de capitais públicos – o Banco de Poupança e Crédito (BPC; extinto Banco popular de Angola, BPA) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI), CAP- Caixa de Crédito Agro- Pecuária e Pescas. Mais tarde surgiram em Angola sucursais de bancos estrangeiros, nomeadamente, o Banco Totta e Açores (BTA), o Banco de Fomento Exterior (BFE) e o Banco Português do Atlântico (BPA).

---

<sup>6</sup> O SEF - Programa de Saneamento Económico Financeiro é o programa de reabilitação da economia angolana e a sua criação deveu-se grande declínio da economia angolana, começando após a crise do petróleo ocorrida na primeira metade da década de 80, (Teixeira, 2011).

As reformas do sistema financeiro Angolano tinham como meta o controlo das políticas monetárias e cambial e a diminuição dos custos de intermediação e ampliação da captação das poupanças, de acordo com os limites que regem as instituições financeiras. Atualmente, o sistema financeiro Angolano é composto pelas seguintes instituições financeiras:

**Figura n.º 1- Sistema financeiro Angolano**



Fonte :BNA (elaboração própria)

O Ministério das Finanças e da Administração Pública é o departamento do Governo Angolano responsável pela condução da política financeira do Estado, pela coordenação das políticas financeiras dos diversos subsectores do setor público administrativo.

Segundo Nunes (2007), o Banco nacional de Angola é a instituição responsável pelo controlo da oferta de moeda e pela supervisão de todo o sistema financeiro Angolano, nomeadamente os bancos comerciais, os bancos de investimentos, os bancos de desenvolvimento e demais instituições financeiras. O BNA é a instituição pública que controla um dos principais instrumentos de política macroeconómica: a política monetária e cambial.

São consideradas instituições de crédito as empresas cuja atividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicarem por conta própria mediante a concessão de crédito. Fazem parte das instituições de crédito os bancos, as sociedades de locação financeira e as cooperativas de crédito.

As sociedades financeiras são as empresas que desenvolvem atividades destinadas à concessão financeira, capital de risco, investimento, gestão de patrimónios mobiliários financeiras de corretagem, gestão de fundos de investimentos imobiliárias, seguros, fundos de pensões e casas de câmbio.

### 3.2. Análise macroeconómica de Angola

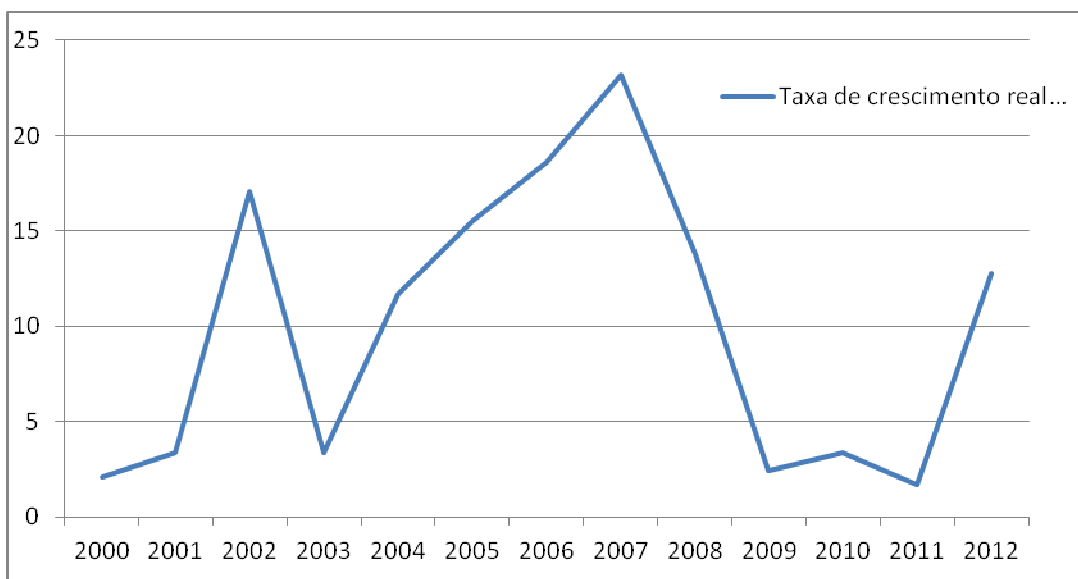
Fazendo análise dos indicadores do PIB real, podemos concluir, que de um modo geral, registou-se um crescimento positivo, se tivermos em conta que os anos com menores resultados são menores comparativamente aos restantes. Houve uma ligeira oscilação sobretudo nos anos de 2003, 2009, 2010 e 2011. Podemos constatar que o ano de 2006 foi o que registou maior crescimento do PIB com 18,6%.

**Tabela nº 1- Indicadores macroeconómica de Angola**

Rubrica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de crescimento real do PIB	2,1	3,4	17,1	3,4	11,7	15,5	18,6	23,2	13,8	2,4	3,4	1,7	12,8
Taxa de inflação	325	153	109	76,5	31	18,5	12,2	11,8	10	13,4	15,3	12	10
Setor petrolífero (cresc. %)	5,3	9	8,8	7,6	9,1	10,4	13,1	20,4	12,3	-5,1	-3	-8,4	13,4
Setor não petrolífero (cresc. %)	0,1	-1,5	25	-1	13,9	19,4	25,9	25,4	15	8,3	7,8	8,1	12,5
Importações (cresc. %)	-2,2	4,6	3,76	5,48	6,36	8,35	11,3	15,2	21	23,6	18,1	19,5	20,8
Exportações (cresc. %)	53,6	-5,2	8,32	9,5	14,1	24,1	31,3	43,2	63,9	40,6	52,6	66,4	59,5
Taxa de câmbio (Dólar-Kz)	16,3	31,1	54,5	74,6	85,5	87,2	80,4	76,6	75,2	89,4	92,6	95,3	95,3
Dívida externa (% PIB)	10,5	10,8	10,4	9,9	9,16	10,5	9,4	11,2	8,36	7,62	16,1	18	18,2

Fonte: BNA, FMI e BM (elaboração própria)

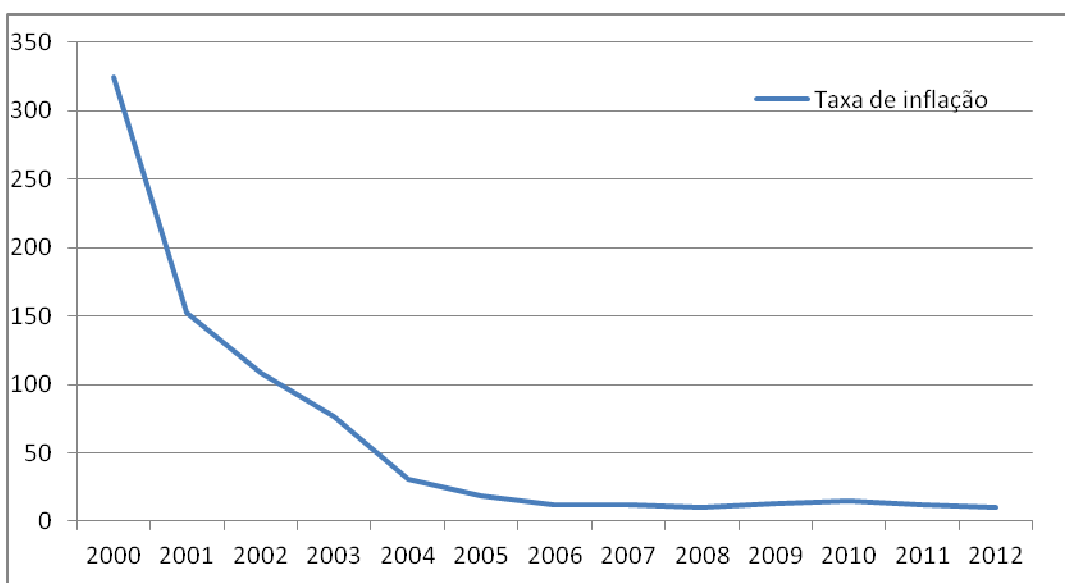
**Gráfico n.º 1- Taxa de crescimento real do PIB**



Fonte :BNA (elaboração própria)

Quanto à inflação, podemos constatar que houve uma redução na mesma, se olharmos na tabela veremos que, em 2000 houve um registo de 325% contra a 10% em 2012.

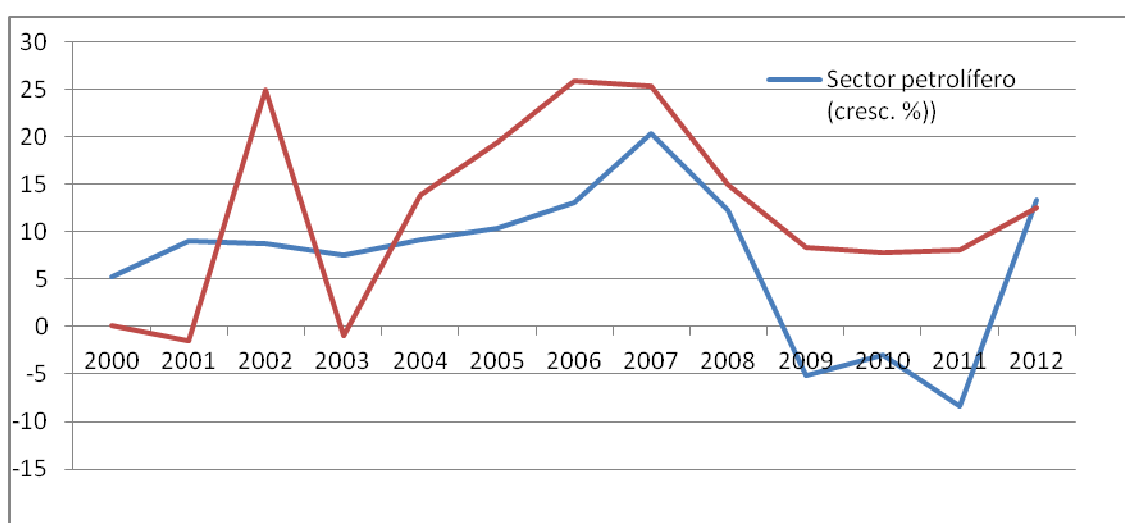
**Gráfico n.º 2 - Taxa de inflação**



Fonte :BNA (elaboração própria)

Olhando para o setor petrolífero, aquele que mais representa o PIB, observamos que de 2000 à 2012 ocorreu um crescimento considerável, sendo 5,3% em 2000 contra 13,4% em 2012. Não obstante notamos que de 2009 a 2011 houve uma redução do crescimento deste setor, devido à crise financeira ocorrido neste período. Quanto ao setor não petrolífero nota-se que houve um crescimento, ao contrário do setor petrolífero, motivado pelas políticas de crescimento do governo angolano, ligadas ao aumento da produção nacional.

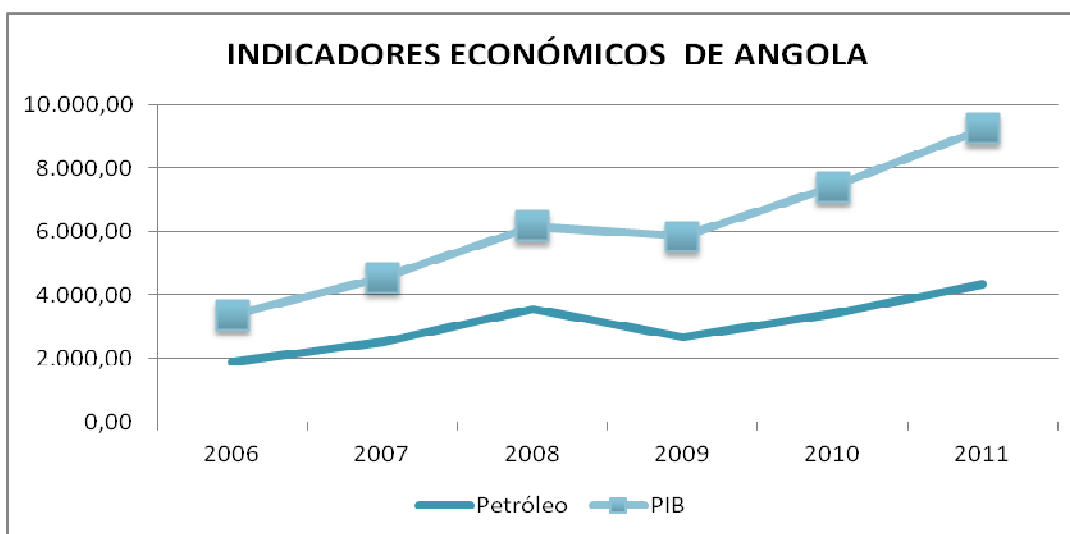
**Gráfico n.º 3 - Setor petrolífero**



Fonte :BNA (elaboração própria)

O gráfico seguinte revela uma associação quase perfeita entre o indicador Petróleo e o PIB a custos de factores. Tal mostra que o petróleo tem sido o principal impulsionador do PIB e, conseqüentemente, quer os fundos de pensões, quer o sector de seguros não são significativos na explicação da evolução do PIB angolano. Essa afirmação pode ser ainda corroborada através do gráfico que se segue.

**Gráfico n.º 4 - Indicador Petróleo e o PIB**



Fonte: Ministério do planeamento (elaboração própria)

**Gráfico n.º 5 - Regressão entre o indicador Petróleo e PIB**

<i>Regression Statistics</i>	
R Square	0,903387858
Observations	6

	<i>Df</i>	<i>SS</i>	<i>MS</i>	<i>F</i>
Regression	1	19375477,5	19375477,5	37,40266354
Residual	4	2072096,013	518024,0033	
Total	5	21447573,51		

	<i>Coefficients</i>	<i>Standard Error</i>	<i>t Stat</i>	<i>P-value</i>
Intercept	-774,8108044	1160,461312	-0,667674826	0,540888931
Petróleo	2,240347667	0,366322972	6,115771704	0,003619486

Fonte: Ministério do planeamento (elaboração própria)

Estimando a regressão entre o indicador Petróleo e PIB, apresentada na tabela seguinte, conclui-se que o Petróleo explica mais de 90% da variação da variável PIB. Tal facto, mostra a importância do petróleo no PIB angolano e a pouca significância das outras variáveis.

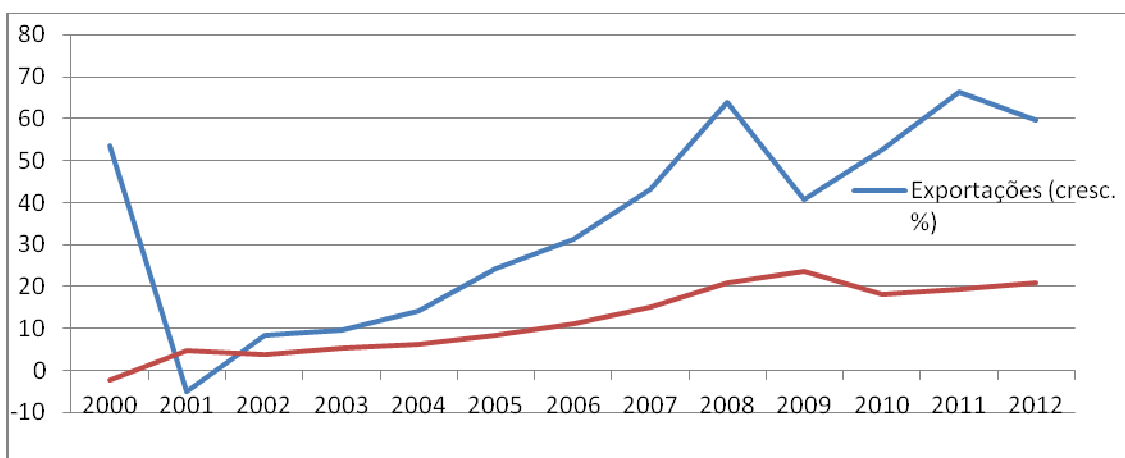
A variabilidade da variável PIB é caracterizada quase exclusivamente pelas variáveis Petróleo e Serviços Mercantis, sendo comprovada pela análise da tabela seguinte, em que é verificado que essas variáveis explicam mais de 99% da variação do PIB.

<i>Regression Statistics</i>				
R Square	0,999371			
Adjusted R Square	0,998952			
Observations	6			
	<i>Coefficients</i>	<i>Standard Error</i>	<i>t Stat</i>	<i>P-value</i>
Intercept	338,5822	119,9565	2,822541	0,066598
Serviços Mercantis	2,828236	0,132146	21,40232	0,000223
Petróleo	0,771177	0,076658	10,06002	0,002091

Fonte: Ministério do planeamento (elaboração própria)

Relativamente ao rácio de importações verificou-se que de 2000 à 2012 tivemos um crescimento, com máximos de 20,8% e mínimo de -2,2 % em 2000, o que indica um aumento da entrada de mercadorias no país. Em relação à exportação, observamos a mesma evolução, mas com diferença em 2001, com -5,2%.

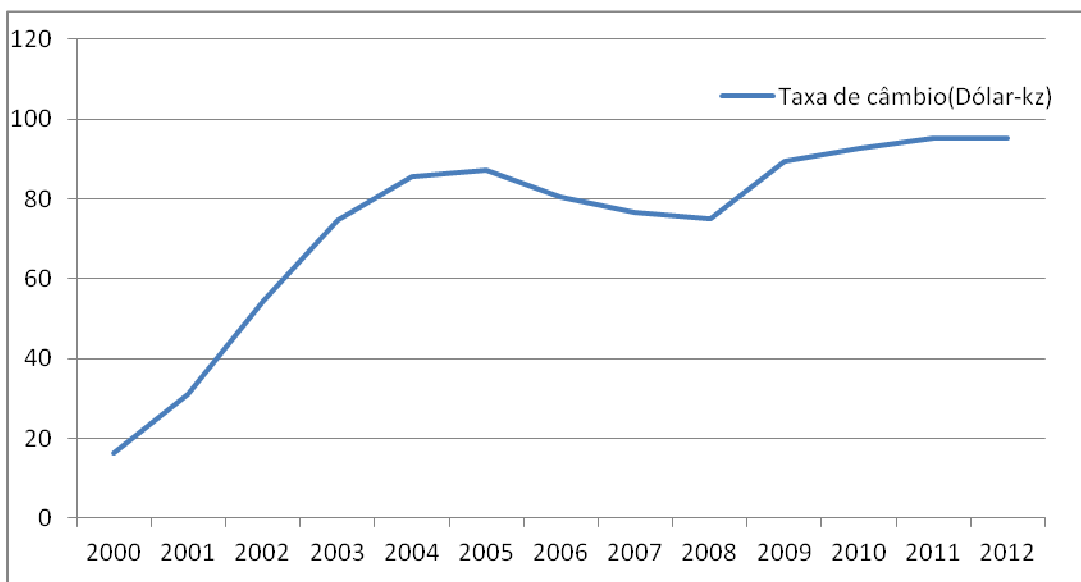
### Gráfico n.º 6 - Exportação e Importação



Fonte :BNA (elaboração própria)

De acordo com o gráfico observa-se que a taxa de câmbio de 2000 a 2012 manteve-se e continua ainda elevadíssima, nomeadamente 16,3% em 2000 contra 95,33% em 2012.

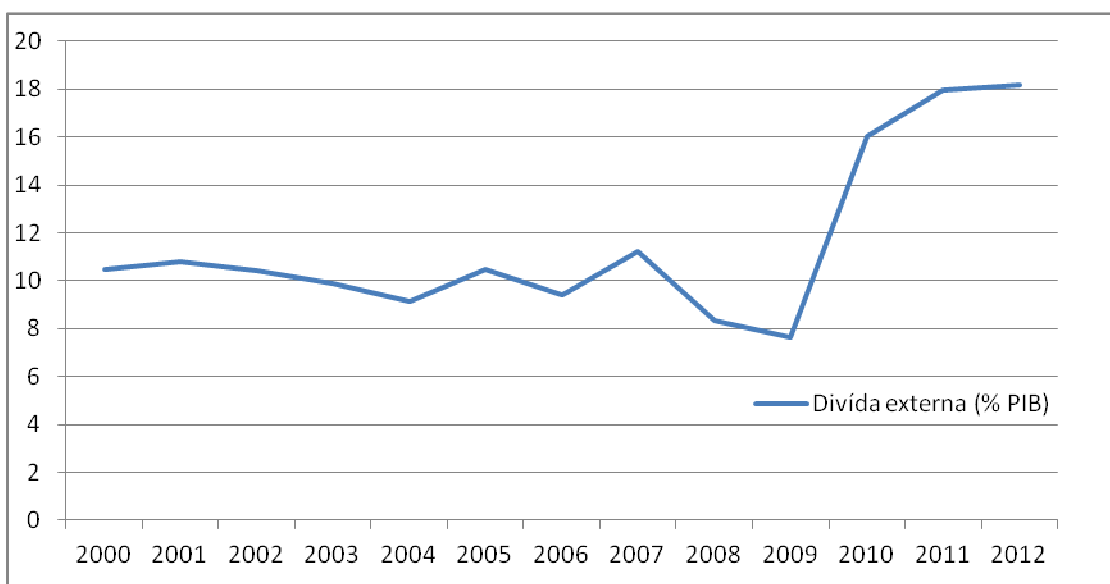
**Gráfico n.º 7 - Taxas de câmbios**



Fonte :BNA (elaboração própria)

Quanto à dívida externa, constatamos que ao longo de 2000 a 2012 foi caracterizada por oscilação dos indicadores. A dívida de Angola manteve-se alta, com um máximo de 18,6%, em 2010 com 16,1% e 2011 com 18%, resultados dos empréstimos contraídos no exterior

**Gráfico n.º 8 - Dívida externa**



Fonte :BNA (elaboração própria).

### **3.3. História do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola**

Em Angola, a atividade de seguros remonta a 1922, com a instalação de uma filial da Companhia de Seguros Ultramarina. Em 1948, foram implementados os Serviços de fiscalização Técnica da Indústria de Seguros em Angola, que mais tarde deu lugar à Inspeção de Crédito e Seguros.

De acordo com o ISS (2013), no final do período colonial, existiam em Angola 26 Companhias de Seguros:

- 22 Companhias de Seguros Portuguesas;
- 4 Companhias de Seguros não portuguesas;
- Das Companhias portuguesas de Seguros, oito (8) tinham a sua sede em Angola.

No período colonial não havia em Angola Fundos de Pensões. Em 1975, após a ascensão à independência, o governo criou a Comissão de Coordenação da Indústria Seguradora em Angola. As 26 companhias que labutavam no período colonial deram origem, em 1978, à Empresa Nacional de Seguros de Angola – ENSA, UEE, que durante anos monopolizou a atividade

de seguros em Angola. Os fundos de pensões surgiram apenas em 1998, através do Decreto 25/98 que estabelece as condições de constituição e gestão de Fundos de Pensões e suas respetivas sociedades gestoras, mediante o Decreto nº 1/99 - D.R. I Série nº 11 de 12 de Março, (ISS, 2013).

Com a publicação em 2000 da Lei nº 1/2000, de 3 de Fevereiro, deu-se a abertura da atividade das seguradoras privadas. A atividade deixou de ser exercida apenas pela ENSA - Empresa Nacional de Seguros de Angola. As empresas seguradoras passam a estar sob a supervisão do Instituto de Supervisão de Seguros, tutelado pelo Ministério das Finanças.

A formação de uma seguradora com apoio de capitais estrangeiros apenas é permitido com 60% do capital estrangeiro e os restantes 40% do capital sejam instituições locais, assim como acontece com os investimentos externos, (ISS, 2013).

#### **3.4. Importância do setor dos seguros e dos fundos de pensões para Angola**

No atual contexto de paz e de reconstrução que o país vive, as sociedades de seguros jogam um papel importante no crescimento económico e social de Angola, pois o seguro constitui uma via indispensável ao desenvolvimento. As seguradoras permitem não só apenas a geração de empregos, como também atuam como um meio financeiro de captação de riquezas, destinados aos investimentos, a proteção do património das famílias e empresas, garantido o bem-estar e a tranquilidade individual e coletiva assim como a cobertura de prejuízos relacionados com bens, susceptível de ser segurado, de modo a reduzir os danos causados pelos sinistros nas ocorrências danosas, criando um clima de confiança nos vários agentes económicos, (Mediador.pt, 2013).

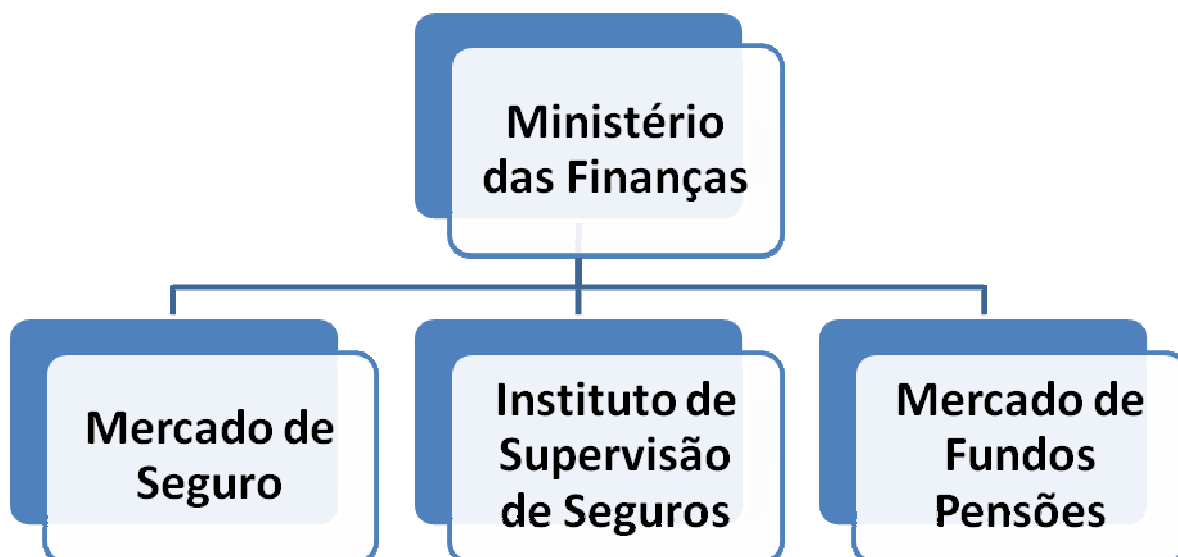
Em muitos casos as seguradoras são parceiras do estado angolano no que diz respeito à segurança social, elaborando novas formas de prevenção contra o risco. Ao combater o risco a que estão sujeitos os operadores económicos, as seguradoras permitem aos agentes económicos eliminar as incertezas, uma vez que os seguros contribuem para a estabilidade dos

mercados financeiros, deste modo melhoram a qualidade de vida das várias instituições e dos cidadãos no geral.

As sociedades de fundos de pensões permitem criação de grande volume de negócio, uma vez que captam poupanças. Mediante arrecadados em prémios e posteriormente investido em forma de aplicação financeira dos prazos. No plano social os fundos de pensões contribuem para proteção de valores que advenham da necessidade de combate aos riscos, à vida à saúde e ao património, (Amaral, 2004).

Os fundos de pensões em Angola, com os recursos disponíveis para investir, possibilitam alavancar o desenvolvimento de um país na medida em que canalizam esses recursos para o setor produtivo. Tanto o seguro como o fundo de pensões contribuem para o crescimento do produto interno bruto e o aumento do posto de trabalho. Apesar aa sua pouca representatividade no PIB, os fundos de pensões são os principais detentores nacionais de liquidez internas.

**Figura nº 2- Estrutura orgânica do setor dos seguros e dos fundos de pensões**



Fonte : ISS (elaboração própria)

O ISS é a autoridade nacional, sob tutela do Ministério das Finanças, responsável pela regulação e supervisão da atividade seguradora,

resseguradora, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras e da mediação de seguros, e tem por missão assegurar o bom funcionamento desse mercado, de forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguros, pessoas seguradas, participantes e beneficiários (anexo nº1).

O ISS rege-se por um conjunto de valores que orientam a definição e implementação das suas estratégias e políticas, nomeadamente e entre outros: a defesa do interesse dos consumidores de seguros e de fundos de pensões; a atuação independente e responsável; a integridade, consistência e transparência na ação.

O setor dos seguros em Angola apresenta tendências de crescimento positivo e de diversificação do mercado. Em Angola são seguros obrigatórios de responsabilidade civil, os de aviação, automóvel, de infraestruturas aeronáuticas e serviços, acidentes de trabalho e doenças profissionais e incêndio em imóveis em regime de propriedade horizontal. O alto índice de sinistralidade existente nas estradas angolanas esteve na origem da medida governativa de colocar em prática o seguro automóvel obrigatório.

O lançamento deste novo produto no mercado de seguro enquadra-se na política comercial das seguradoras, em conformidade com o crescimento e desenvolvimento do setor. Em Angola existem três tipos de seguros obrigatórios:

- Seguro de Acidentes de trabalho e Doenças Profissionais.
- Seguro Obrigatório de responsabilidade civil automóvel.
- Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil de Aviação, Transportes Aéreos, Infraestruturas Aeronáuticas e Serviços Auxiliares.

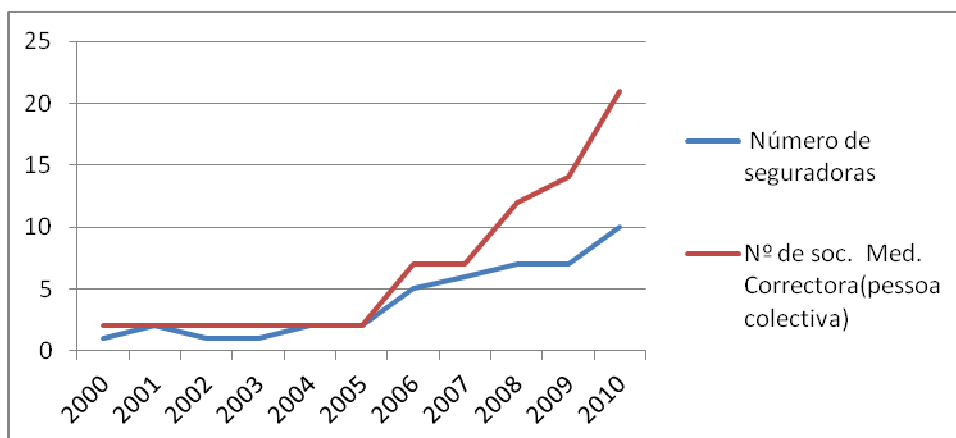
As seguradoras que atuam no mercado de seguros Angolano destacam-se: Ensa seguros de Angola, AAA seguros, Nossa seguros, G.A. Angola seguros, Mundial seguros, Global seguros, Garantia seguros, Protteja seguros, Mandume seguros, Triunfal seguros, Corporação Angolana de seguros, Confiança seguros e Universal seguros, todas atuam no ramo vida e não vida.

Quanto às sociedades gestoras de fundos de pensões, reconhecidas pelo ISS, temos a gestão de fundos, SA, AAA Pensões, SA BESAACTIVEF, SA, FENIX Pensões, SA. As seguradoras que gerem fundos de pensões destacam-se a ENSA – Seguros de Angola, S.A, Mundial Seguros, SA e a Gestoras de Fundos de Pensões.

### 3.5. Análise do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola

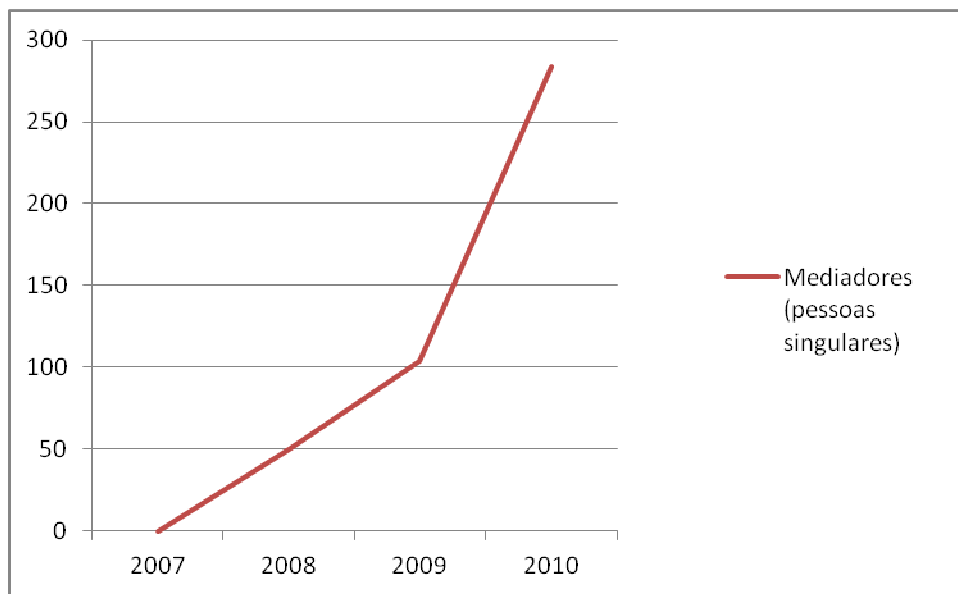
O número de seguradoras e mediadoras de seguros em Angola tem vindo a aumentar desde que o setor foi liberalizado em 2000. Os gráficos número 9 e 10 mostram-nos um crescimento desde 2000 a 2010, sendo 2010 o ano com maior registo.

**Gráfico n.º 9 - Número de seguradoras e mediadoras de seguros**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

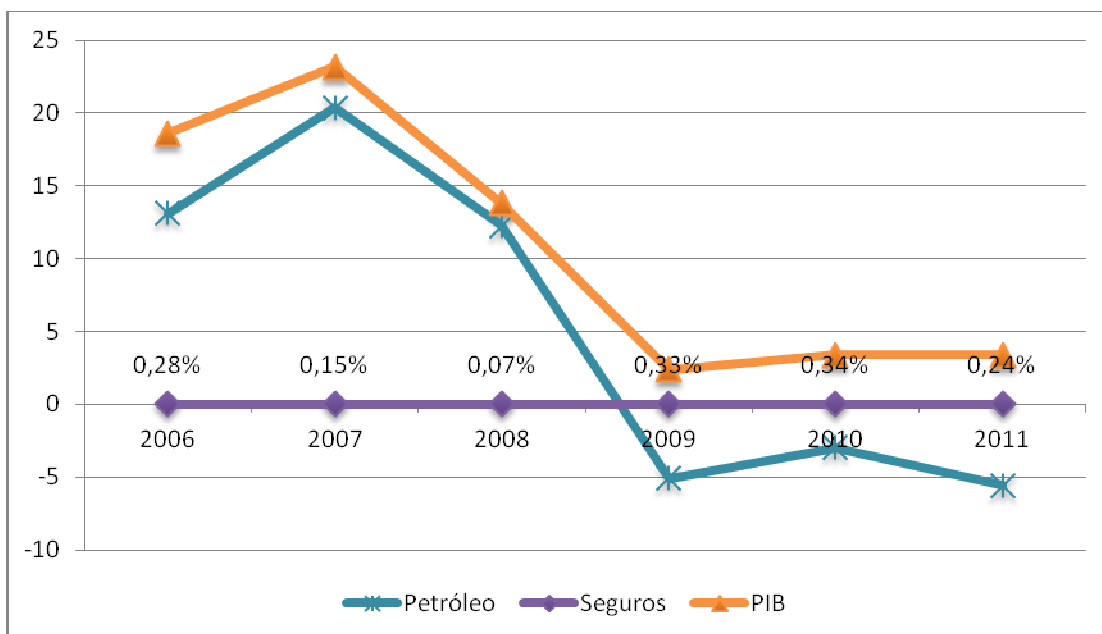
### Gráfico n.º 10 - Mediadores (pessoas singulares)



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Observando o gráfico podemos concluir que o nível de participação dos seguros no PIB é baixo. Registou-se um ligeiro crescimento em 2001 e 2002, reduzindo em 2003. Houve um aumento em 2009 e 2010, sendo 0,33% em 2009 e 0,34% no ano seguinte. Os dados do gráfico nos mostram que refletem a participação do sector dos seguros e do fundo de pensões no PIB têm um impacto marginal no Produto Interno Bruto de Angola.

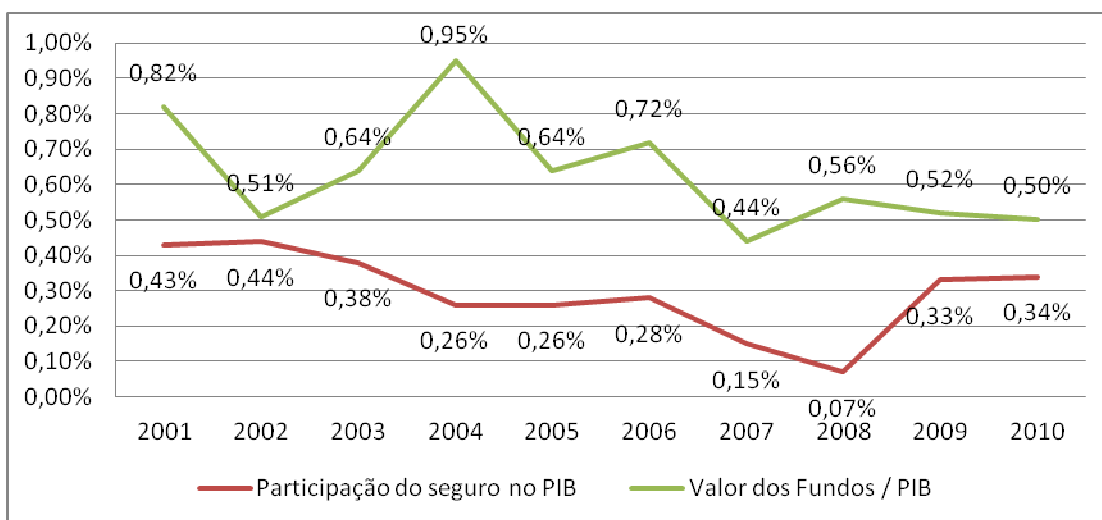
**Gráfico n.º 11 - Participação do sector dos seguros e do fundo de pensões no PIB (petróleo/ seguros).**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Utilizando outros dados, que refletem a participação do sector dos seguros e do fundo de pensões no PIB (valor fundos/ PIB), ilustrados no gráfico seguinte, verifica-se, comprovando o anteriormente afirmado, que esses dois sectores têm um impacto marginal no Produto Interno Bruto de Angola.

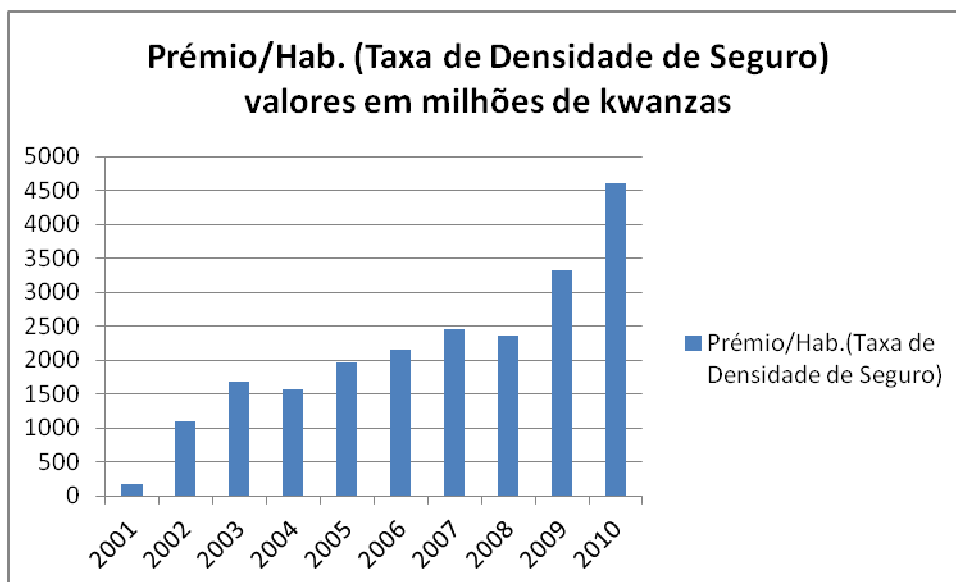
**Gráfico n.º 12 - Participação do sector dos seguros e do fundo de pensões no PIB (valor fundos/PIB)**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

À taxa de densidade de seguro registou inúmeras mudanças, podemos observar que cresceu de 173,42 em 2001 a 4.422,84 milhões de kwanzas em 2012. Os anos de 2004 e 2006 foram os mais baixos.

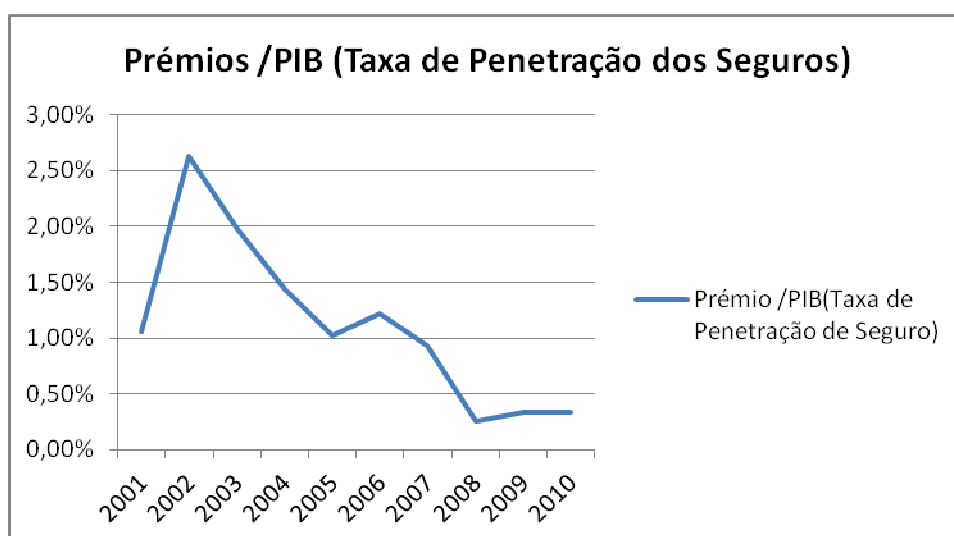
**Gráfico n.º 13 - Taxas de Densidade de seguro**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

A taxa de penetração dos seguros registou um aumento. Em 2002 tivemos um máximo com 2,63%, e 2006 com o valor mais baixo 0,26%. Os ativos investidos, as seguradoras tiveram um crescimento aceitável. Observamos valores mínimos em 2001 a 2003 e máximos 2008 a 2010, com máximos de 34.243,66 milhões de Kwanzas em 2010 (anexos nº 2).

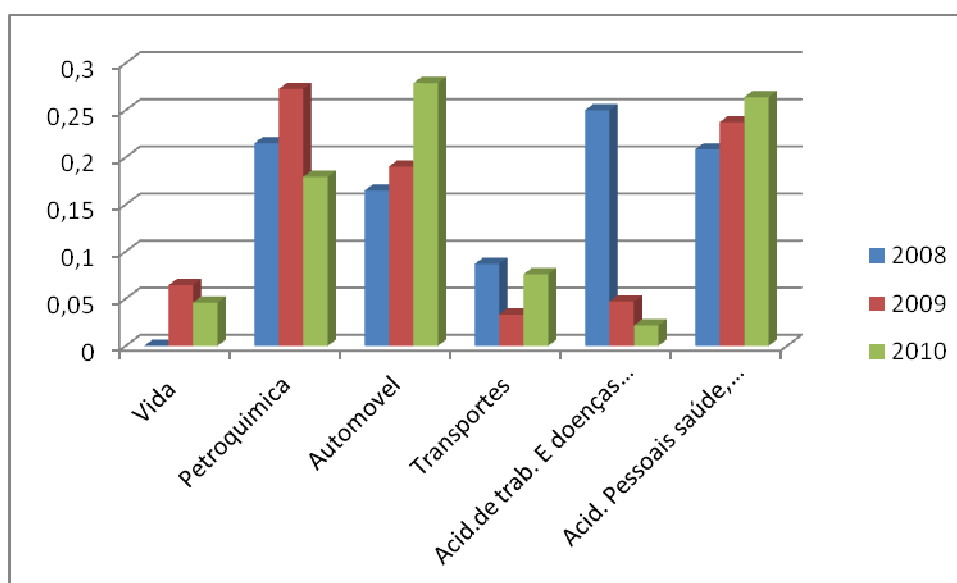
**Gráfico n.º 14 - Taxa de penetração do seguro**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Em relação ao volume de prémio pago, os setores que mais contribuíram foram os setores de acidentes pessoais saúde, viagem, automóvel e Petroquímica. Os setores que menor participação foram vida (7,49%, 6,44% e 4,59% ) e os transportes respectivamente (8,70%, 3,32% e 7,61%) em 2008, 2009 e 2010.

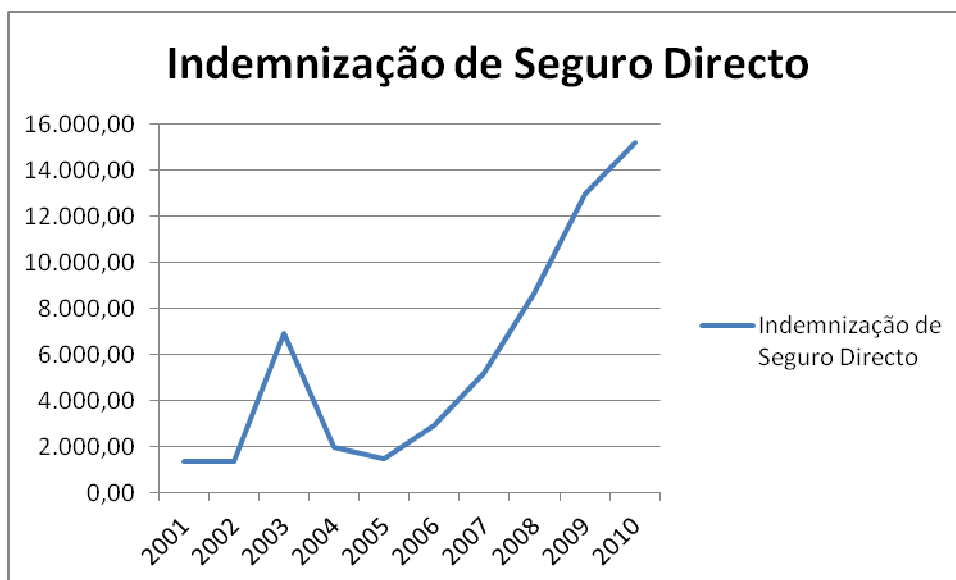
**Gráfico n.º 15 - Volume de prémio**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

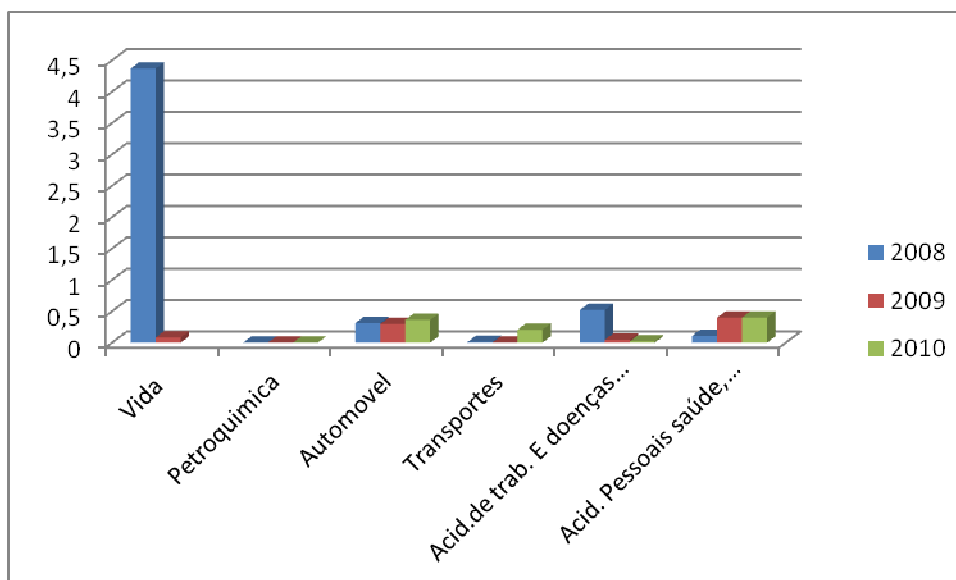
Quanto à indemnização de seguro, podemos observar que ao longo dos 10 anos, Angola apresentou uma relativa melhoria. Os maiores registos ocorreram em 2009 com 13.002,47 milhões de dólares, 2010 com 15.224,80 milhões de dólares.

**Gráfico n.º 16 - Indemnização de seguro directo**



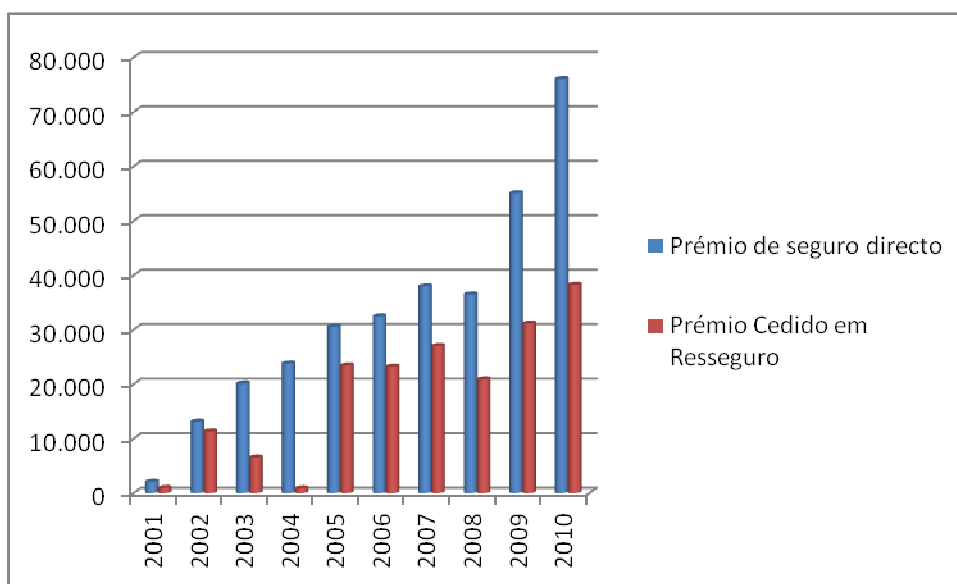
Fonte: ISS (Elaboração própria)

**Gráfico n.º 17 - Indemnização de seguro por setores**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

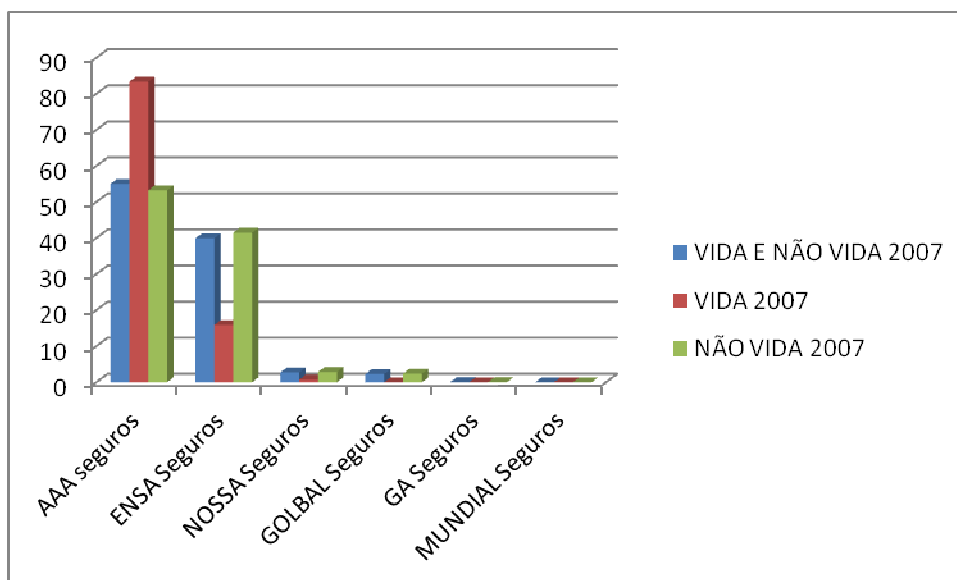
**Gráfico n.º 18 - Prémio de seguro directo e cedido em resseguro**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

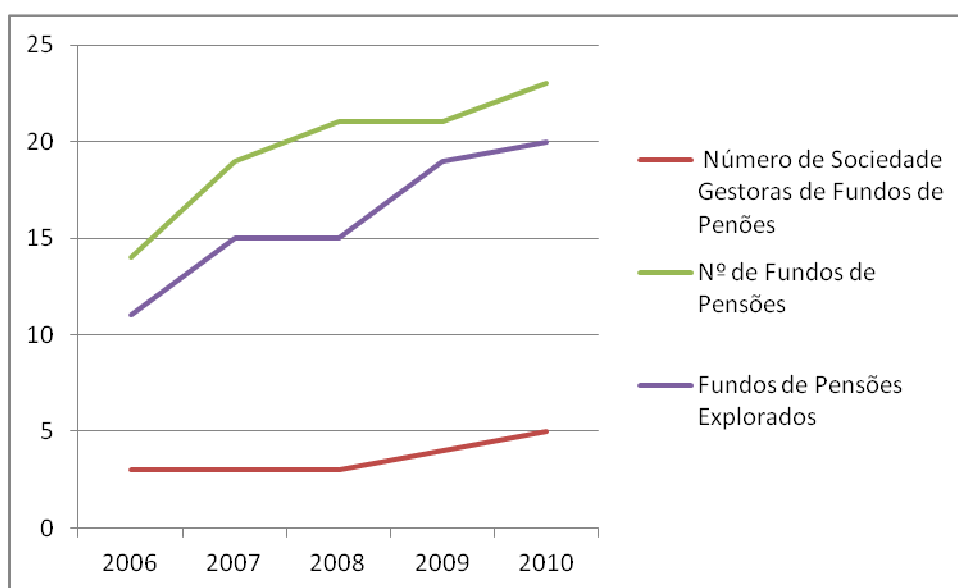
AAA lidera o ranking das sociedades de seguros, quer no ramo vida e não vida, quer no conjunto das atividades no que diz respeito ao volume de prémios.

**Gráfico n.º 19 - Ranking das melhores seguradoras**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

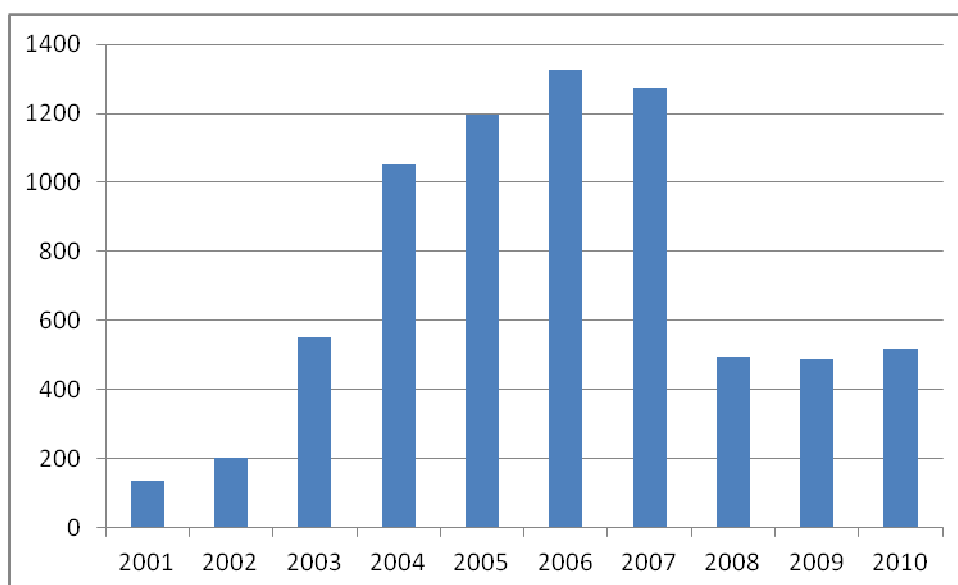
### Gráfico n.º 20 - Número de seguradoras e sociedades gestoras de fundos



Fonte: ISS (Elaboração própria)

O número de participantes aumentou de 2006 a 2010, elevando para 35.571 indivíduos, o número de pensionistas, que é agora de 9.637.

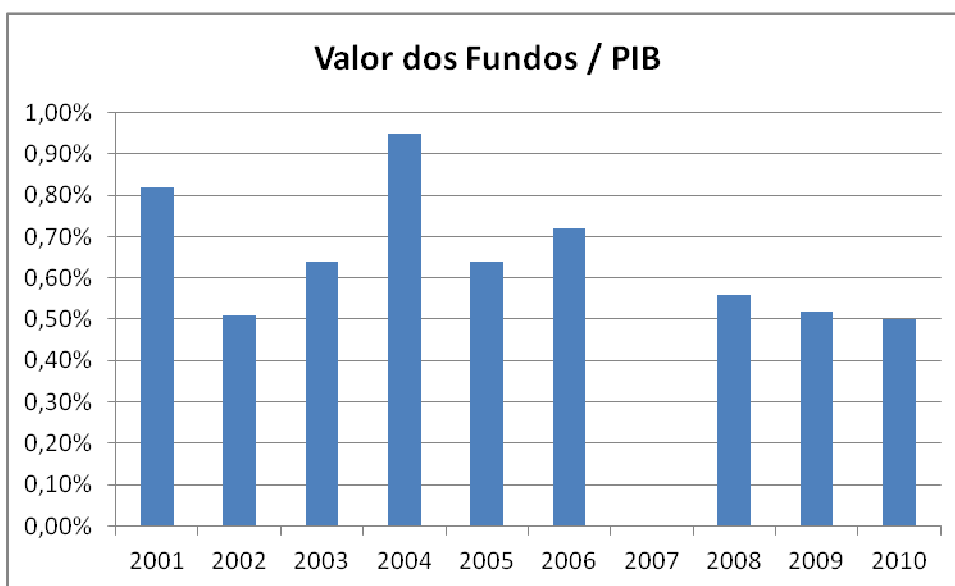
### Gráfico n.º 21 - Densidade dos Fundos de Pensões (valores em milhões de kwanzas)



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Apesar de se registar uma evolução considerável, a densidade dos fundos de pensões ainda continua abaixo dos níveis desejados. Em 2006 atingiu um máximo de 1.324,72 milhões de Kwanzas.

## Gráfico n.º 22 - Taxas de Penetração dos fundos de pensões

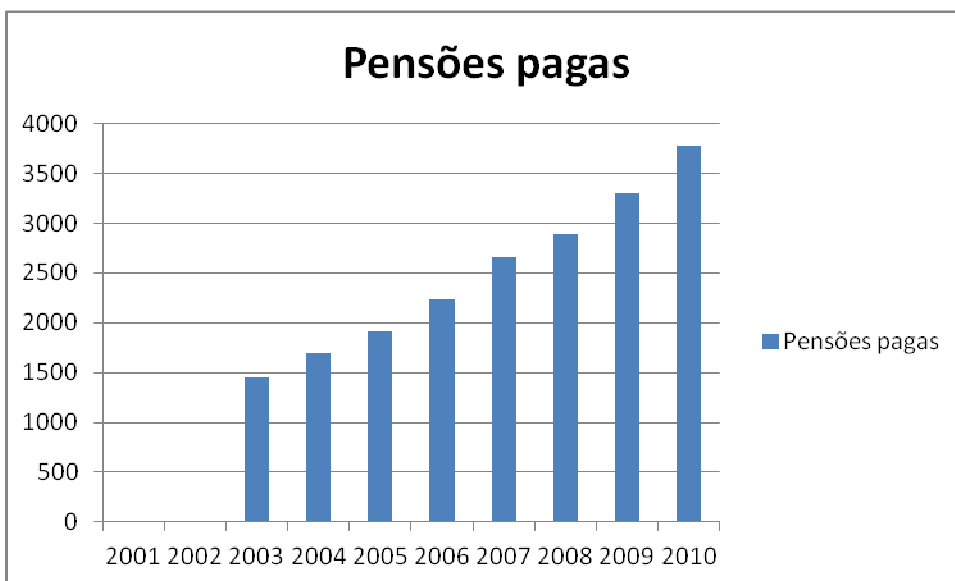


Fonte: ISS (Elaboração própria)

Os fundos de pensões/prémios em 2010 entraram em queda em relação aos anos passados. Obteve um registo de 0,82% em 2001 para 0,50% em 2010. Relativamente ao valor dos fundos de pensões, houve um aumento de 2001 a 2010, tendo 2009 e 2010 com maiores registos. Os anos com maior incremento, verificando-se em 2010 um aumento na ordem de 37.752,66 milhões de Kwanzas. O montante de pensões pagas passou aos 3.776,39 milhões em 2010.

Os Ativos investidos também tiveram um crescimento gradual de 2001 a 2010, com 1.229,60 milhões de Kwanzas em 2001 para 37.126,17 milhões de Kwanzas em 2010. O número de pensões pagas teve ao longo de 2001 a 2010 uma evolução considerável. Em 2010 registou máximos de 3.776,39 milhões como mostra a tabela (anexos nº 2).

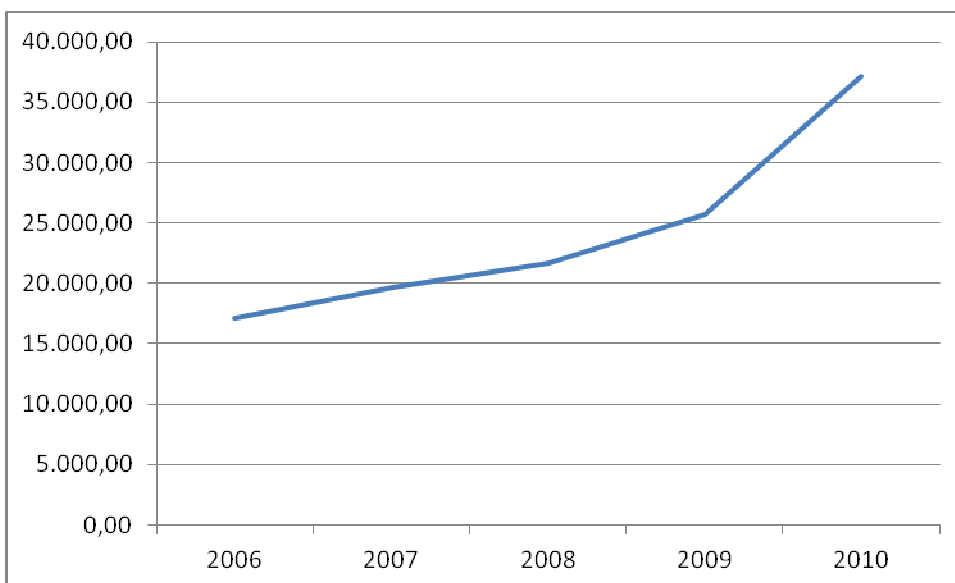
## Gráfico n.º 23- Pensões pagas



Fonte: ISS (Elaboração própria)

As pensões pagas também tiveram considerável evolução em Angola, se olharmos para a tabela (anexos nº 2). Veremos que os resultados foram evoluindo de ano para anos com máximos de 3.776,39 em 2010.

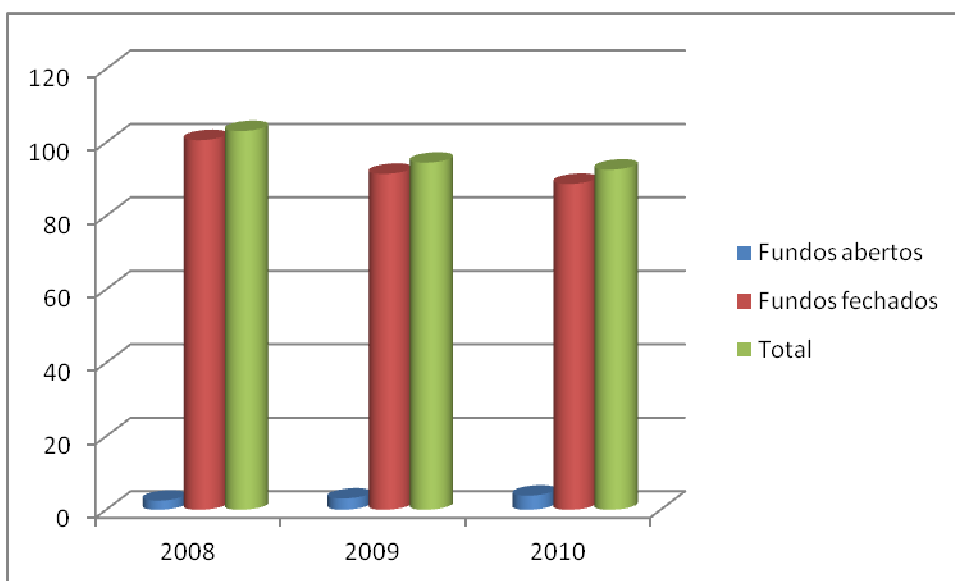
**Gráfico n.º 24 – Ativos investidos (fundos de pensões) – valores em milhões de kwanzas**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Os ativos investidos tiveram um crescimento considerável de 2006 (17.093,62 milhões de Kz) a 2010, sendo 2010 o ano com maior resultados, atingindo como máximos de 37.126,17 milhões de Kz.

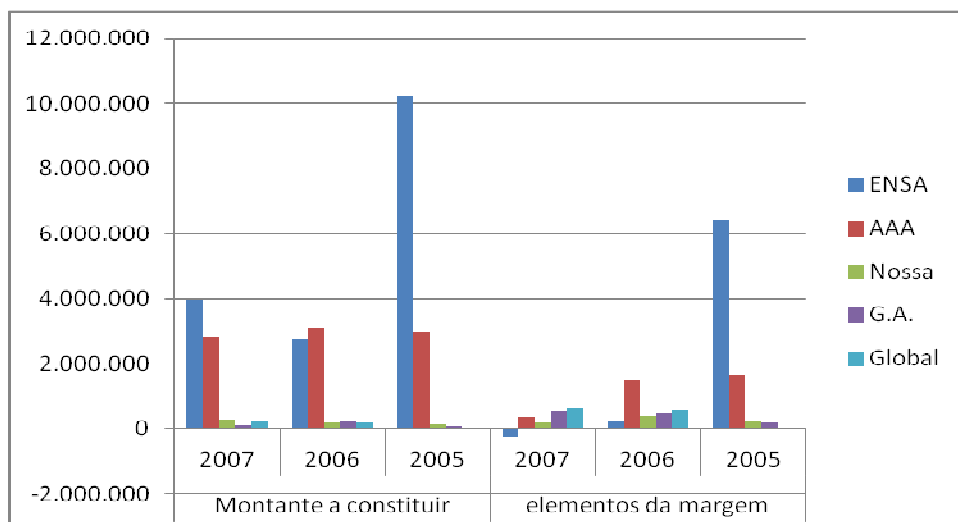
**Gráfico n.º 25- Fundos abertos e fechados**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

As contribuições dos fundos abertos atingiram 3,85 milhões de dólares em 2010 contra 3,05 milhões de dólares em 2009. Já os fundos fechados baixou para 88,73 milhões de dólares em 2010, contra 94,5 milhões em 2009.

**Gráfico n.º 26 - Margem de solvência**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

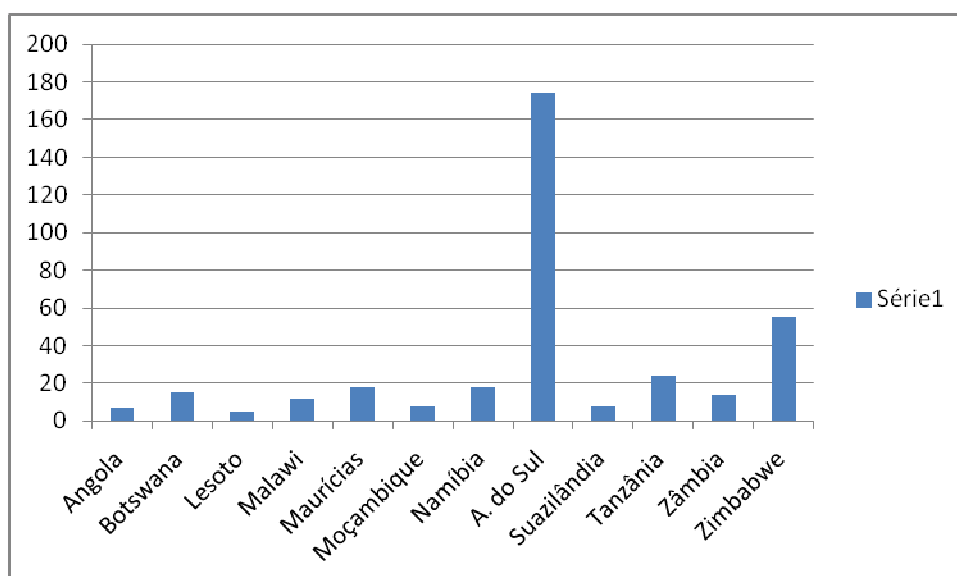
A margem de solvência de uma empresa de seguros corresponde ao seu património, livre de toda e qualquer obrigação previsível e deduzido dos elementos incorpóreos. Em relação margem de solvência das seguradoras

angolanas observamos que as empresas AAA e a ENSA possuem os resultados mais altos com relação as demais segurados de 2005 a 2007, o que demonstra que dispõe de uma margem de solvência suficiente em relação ao conjunto das suas atividades.

### 3.6. Análise comparativa dos seguros na região da SADC

Em 2010 foram licenciadas na região da SADC 368 companhias de seguros, contra 358 em 2009; a África do Sul registou o maior número com 49,5, seguidas pelo Zimbabwe com 12,2 e pela Tanzânia com 7,1, Angola apresenta 2,4 %, que representam 10 seguradoras licenciadas. Foram licenciadas pelas respectivas autoridades reguladoras, da região da SADC, 31 empresas de resseguro em 2010 contra 32 em 2009 (anexos n<sup>o</sup> 3).

**Gráfico nº 27- Número de seguradoras na região da SADC**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Destas, 12 companhias estão baseadas na África do Sul enquanto 10 estão no Zimbabwe. A Zâmbia e o Botswana têm 2 cada. Moçambique, Malawi, Namíbia e Tanzânia licenciaram uma resseguradora cada; Angola uma resseguradora do grupo ENSA e a Ango Re.

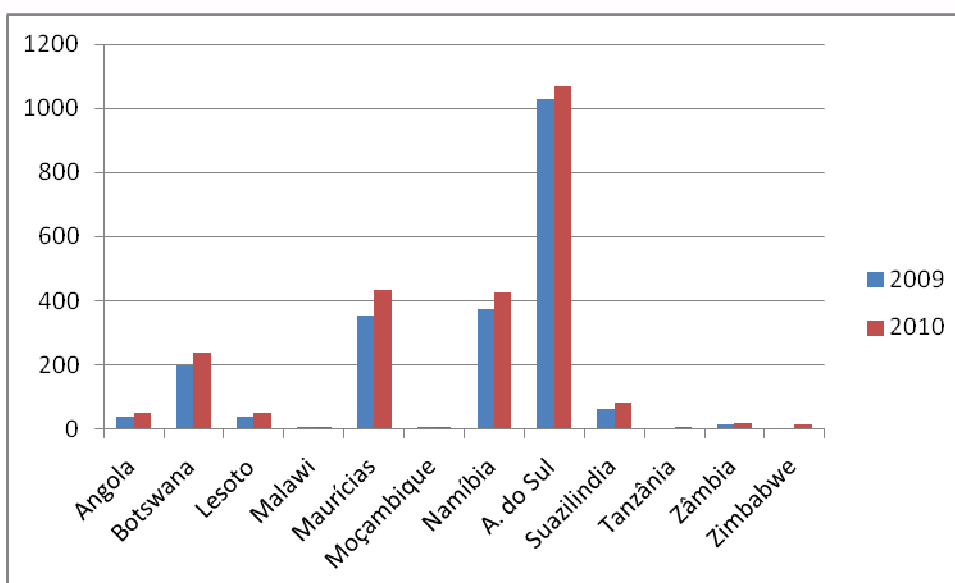
Quanto aos corretores de seguros registou-se 12.513 em 2010, contra 15370 em 2009. A África do Sul tem o maior número com 12.094; relativamente

aos agentes de seguros, a região registou 198.960 em 2010 contra 211.538 em 2009. A África do Sul tem o maior número com 194.124.

Os prémios emitidos de seguros não vida na região da SADC atingiram 14.404 milhões de dólares em 2010, representando 25,3 do total do conjunto dos ramos vida e não vida. Este representou um crescimento de 21,7 em relação ao USD 11.880 milhões registados no ano 2009 (anexo nº 3).

Relativamente aos seguros vida os prémios emitidos na região da SADC foram de 42.384 milhões de dólares em 2010, representando 74,7 do total do conjunto dos ramos vida e não vida. O crescimento foi de 2,3 em relação aos USD 41.804 milhões de dólares, comparando com 2009. A África do Sul deteve o maior prémio do seguro vida e não vida com 53 mil milhões de USD em 2010 contra 50 milhões de USD do ano anterior (anexo nº 3).

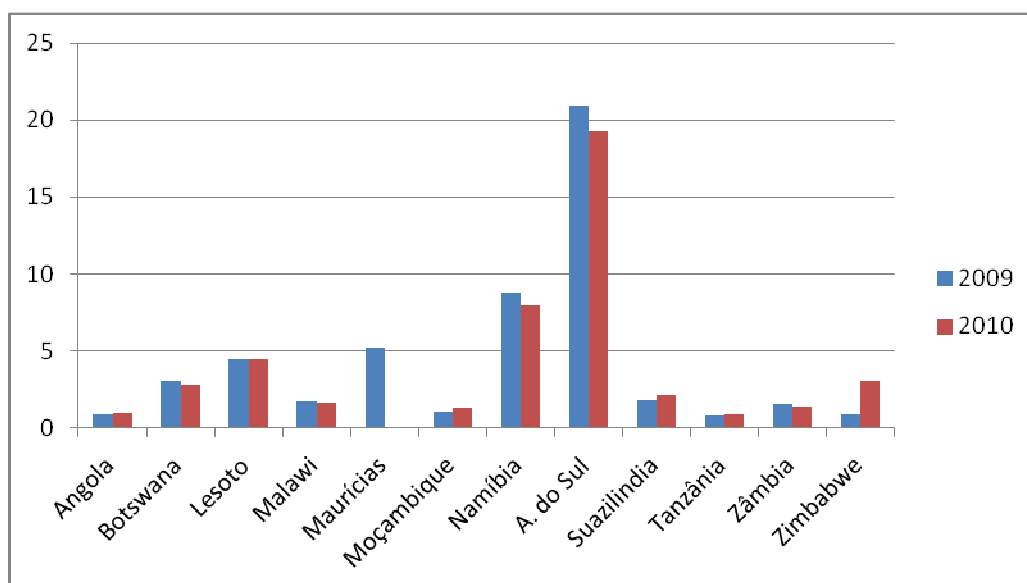
**Gráfico nº 28- Densidade de seguros na região da SADC**



Fonte: ISS (Elaboração própria)

A densidade de seguro na SADC em 2010 foi de 211 contra 205 em 2009. A África do Sul tem a maior densidade de seguros em 2010, com USD 1.070, seguido pelas Maurícias com USD 434 e a Namíbia com USD 426. A densidade de seguros de Angola; em 2010, foi de USD 49,7,0 contra USD 37,5 em 2009.

### Gráfico nº 29- Taxa de penetração de seguro na região da SADC



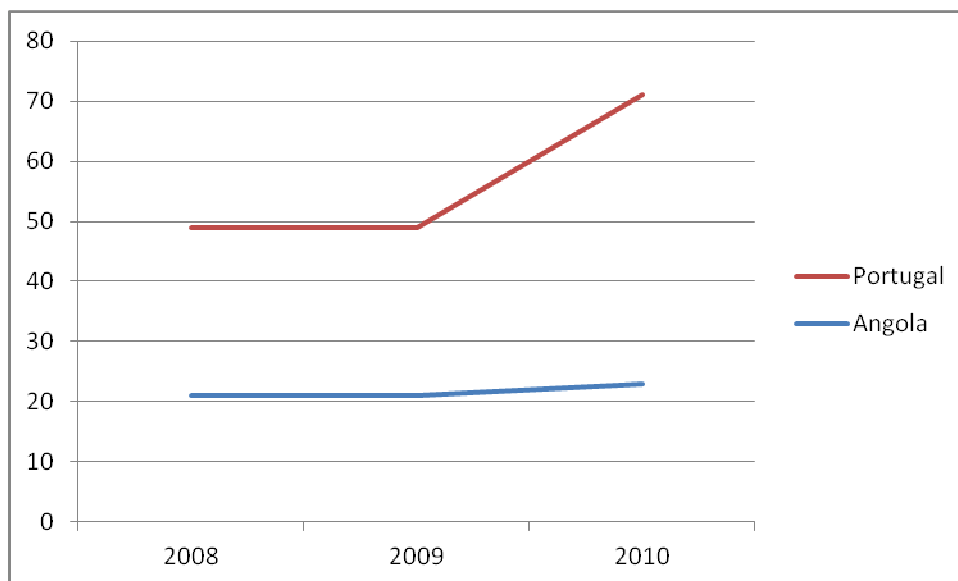
Fonte: ISS (Elaboração própria)

A taxa de penetração, a média regional da SADC foi de 11,8%, em 2010 contra 14,5% no ano anterior. A taxa de penetração de Angola foi de 1 e 0,88 em 2010 e 2009.

#### 3.7. Análise comparativa do setor dos seguros com Portugal

O número de fundos de pensões em Angola atingiu o valor máximo em 2010 com 25 empresas. Um número inferior a Portugal se tivermos em conta que Portugal apresenta um maior número de empresas no ramo nos três anos citados, ao mesmo tempo possui o maior registo com 48 empresas de fundos de pensões.

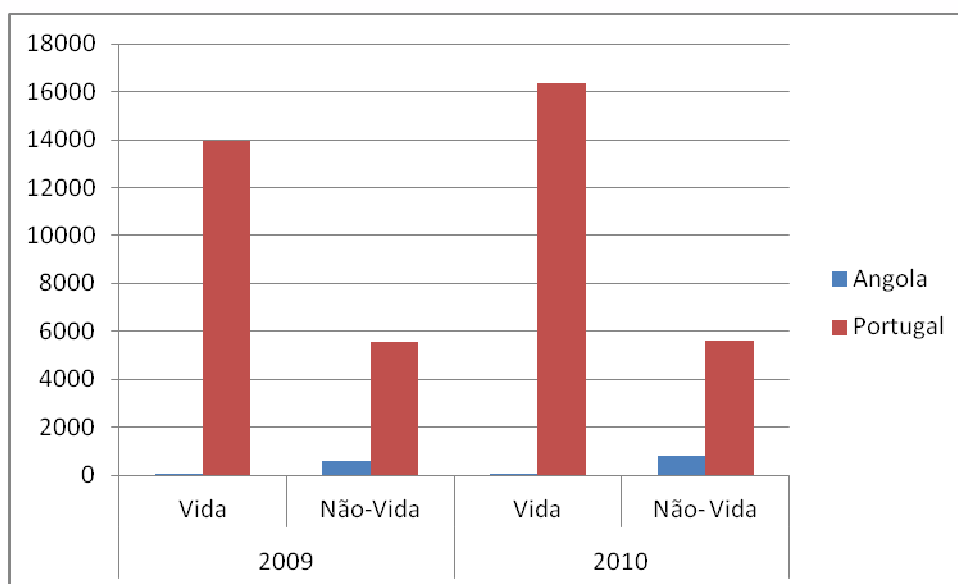
### Gráfico nº 30- Número de Fundos de Pensões Angola e Portugal



Fonte: ISS e ISP (Elaboração própria)

Fazendo analogia dos montantes do seguro de vida e não vida, podemos notar que o valor que Portugal apresenta é superior ao resultado de Angola, com máximos em 2010, 16.360,512 para o seguro vida e 5.601,79 para o seguro não vida. O mesmo aconteceu em 2009, com o seguro de vida de 14000 e 6000 pelo seguro de vida.

**Gráfico nº 31- Seguro vida e não vida Angola e Portugal**

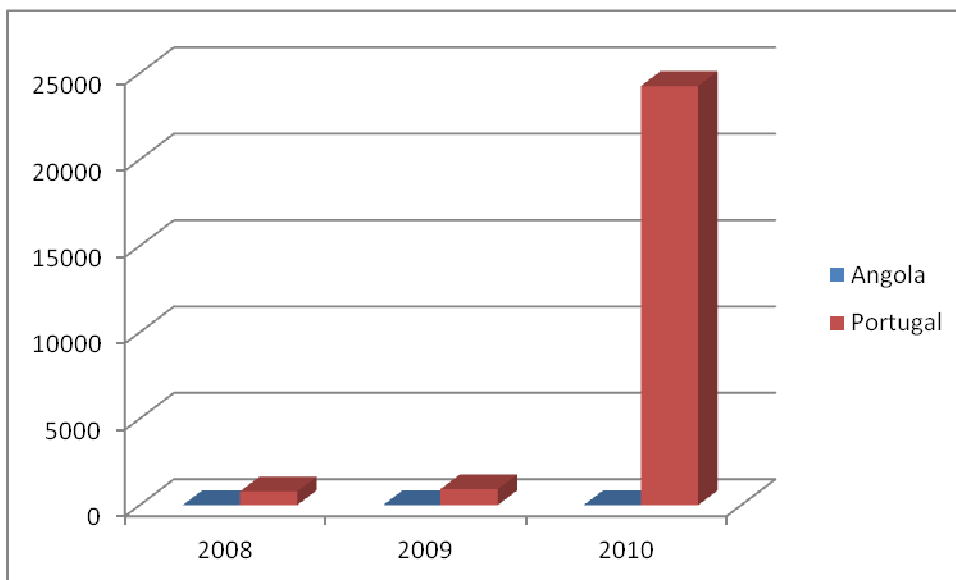


Fonte: ISS e ISP (Elaboração própria) milhões em dólares

As contribuições dos fundos abertos chegaram aos 3,85 milhões de dólares em 2010. Já Portugal mantém valores superiores a Angola, em 2008,

2009 e 2010, registando 24.261,88 milhões de dólares em 2010.

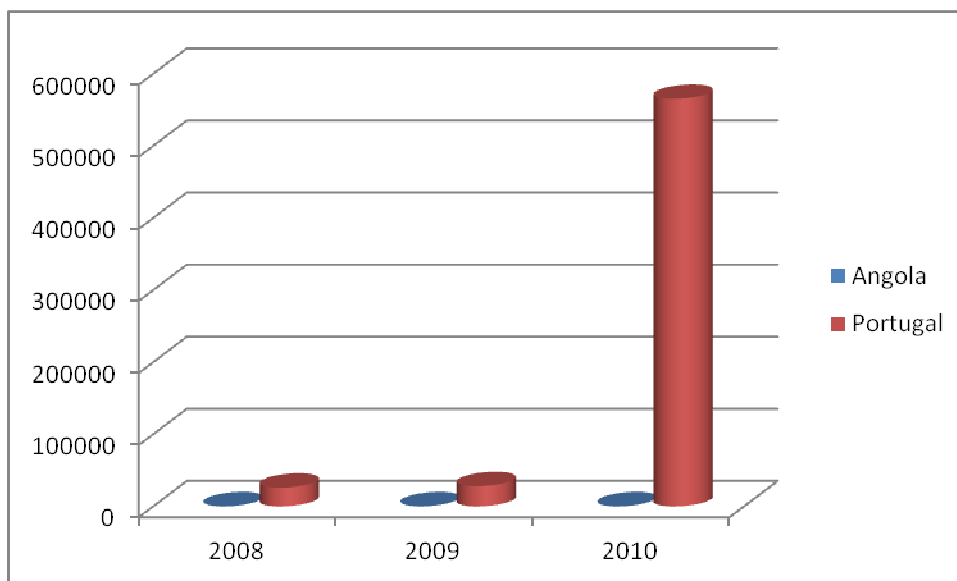
**Gráfico nº 32- Montantes de Fundos Abertos Angola e Portugal**



Fonte: ISS e ISP (Elaboração própria) milhões em dólares

Em relação os montantes dos fundos fechados, Portugal continua em alta, alcançando em 2010, 565.224,57 milhões de dólares, contra 100,62 milhões de dólares registados em 2008. Portanto, podemos considerar que Angola ainda apresenta níveis baixos se tivermos em conta os dados de Portugal e da SADC. É necessário maior intervenção do governo com vista ao aumento de empresas no setor de seguros e fundos de pensões e a melhoria das condições de vida das populações para que tenham acesso a estes serviços.

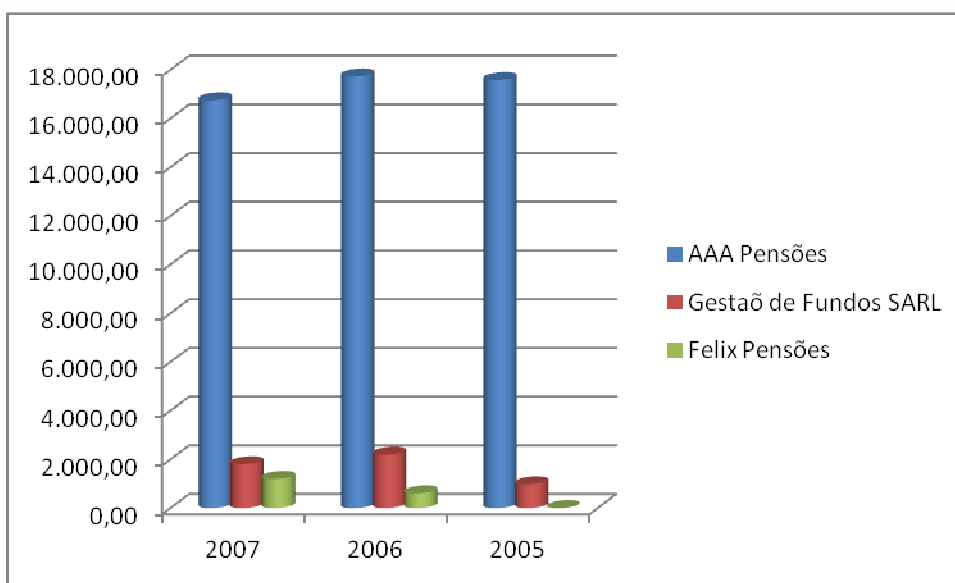
**Gráfico nº 33- Fundos Fechados Angola e Portugal**



Fonte: ISS e ISP (Elaboração própria)

AAA Pensões liderou o ranking das sociedades gestoras de fundos de pensões medido pelo valor dos fundos de 16.747,69 milhões de kwanzas sob sua gestão.

#### Gráfico n.º 34 - Ranking Sociedades Gestoras



Fonte: ISS (Elaboração própria)

### 3.8. O impacto do mercado de capitais no setor dos seguros e fundos de pensões em Angola

Segundo Bacha (2005), o mercado de capitais é um mecanismo indispensável no desenvolvimento económico de um estado. Contribui para a formação e alocação de capital para o financiamento do crescimento económico. A implementação em Angola do mercado de capitais permitirá às seguradoras e aos fundos de pensões e aos vários setores da economia a emissão de ações e os títulos negociáveis de longo prazo, transacionados no mercado de capitais que constituem os ativos financeiros destes setores. Por outro lado, permitirá que estes canalizem os seus recursos com vista à aquisição de obrigações e aumentos dos seus investimentos diretos em bolsa de valores, impulsionando o crescimento económico, em particular o setor empresarial.

Segundo Londa (2011), o financiamento por meio deste mercado constitui uma das formas mais eficientes de financiar os projetos de investimento. Ao viabilizar investimentos, o mercado de capitais estimula a inovação, principal motor de crescimento económico sustentável.

O surgimento de um mercado de capitais em Angola permitirá às instituições financeiras Angolanas a aquisição e venda de títulos, de forma a minimizarem a dependência do setor empresarial do financiamento estatal, e fazer com que haja maior transparência das empresas Angolanas na venda e aquisição de títulos, motivando a concorrência nos diversos setores da economia nacional.

A Comissão de Mercado de Capitais surgiu em 2005, com propósito de regular as atividades desenvolvidas no mercado de capitais, criada ao abrigo a Lei n.º 12/05, de 23 de setembro – Dos Valores mobiliários, estabeleceu a possibilidade do surgimento de bolsas de valores, de mercadorias e de futuros como sociedades anónimas ou associações civis. Na bolsa serão negociados, para além de mercadorias, os seguintes valores mobiliários: às ações, obrigações, emitidas por sociedades e outras entidades nacionais ou estrangeiras; fundos públicos nacionais e estrangeiros e os valores mobiliários aos mesmos equiparados CMC (2012).

De acordo com CMC (2012) A bolsa esta constituída como associação civil, ou sociedade anónima, e tem por objeto social:

- Promover a negociação de valores mobiliários registados, disponibilizar serviços, sistemas e mecanismos adequados para a intermediação competitiva, ordenada, contínua e transparente de valores de oferta pública e instrumentos derivados;
- Dotar, permanentemente, o referido local ou sistema, de todos os meios necessários à pronta e eficiente realização e visibilidade das operações;
- Estabelecer sistemas de negociação que propiciem a continuidade de preços e liquidez ao mercado de valores registados;
- Criar mecanismos regulamentares e operacionais que possibilitem a execução, pelas sociedades corretoras de valores mobiliários, de quaisquer ordens de compra e venda dos investidores.

A bolsa de valores em Angola é formada pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Conselho Consultivo. A bolsa possui também um Diretor de sessão, cuja nomeação será feita pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministério das Finanças.

O Conselho de Administração é composto por um presidente e quatro administradores, nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, com mandato de cinco anos. O Conselho Fiscal é formado por um presidente e quatro vogais, nomeados pelo Ministro das Finanças, composto por 3 representantes de sociedades de contabilidade e auditoria.

O Conselho Consultivo é o órgão de assessoria e consulta multissetorial. Presidido pelo Conselho de Administração da CMC, integra o diretor nacional do tesouro, os diretores gerais do ISS e do IAPE (Instituto Angolano de Participações do Estado), o diretor de supervisão do BNA, os presidentes da associação Angolana de bancos, da bolsa de valores, mercadorias e futuros, e os representantes de empresas gestoras de fundos de pensões (ISS, 2013).

### **3.9. Dificuldades do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola**

Segundo José (2013), as seguradoras em Angola tem enfrentado dificuldades no exercício das suas atividades, uma dos grandes problemas que o setor dos seguros e dos fundos de pensões enfrentam é o incumprimento por partes das empresas de seguros da lei de responsabilidade civil.

O seguro agrícola representa uma das áreas de fraca penetração por parte das companhias de seguros, pelos elevados riscos que este mercado está sujeito. Para que as seguradoras cobrem o seguro agrícola é imprescindível a participação do Estado, como acontece na Europa, onde a União Europeia comparticipa com fundos próprios para resolver possíveis problemas no setor.

O mercado segurador regista índices de rápida expansão, motivado pelo atual contexto de paz e quadro jurídico que já está a permitir às seguradoras trabalhar e promover a expansão da cultura do seguro, facilitando as companhias de seguros a desempenharem o seu papel no sistema económico nacional, através da obrigação de investimentos em projetos de raiz, ações de empresas e títulos, uma nova fase, cujo papel é promover o crescimento do setor segurador e proporcionar a toda a sociedade um aumento progressivo da cultura de seguros no país.

Dada a pequena dimensão da indústria de seguros angolanos, o mercado é altamente concentrado. O setor está em grande parte desviado para o seguro não vida segmentos como o segmento de seguro de vida ainda está em uma fase de desenvolvimento. A falta de consciência sobre a necessidade de seguro é um desafio chave. Apesar do crescimento económico, o país ainda enfrenta desafios para reduzir a pobreza, desemprego e aumento do desenvolvimento humano, que está atuando como uma barreira ao crescimento da indústria de seguros, (Nair, 2013).

Diversas empresas de seguros e de fundos de pensões entraram na indústria e foram atraídas pelo potencial de crescimento positivo e baixas taxas de penetração. Hoje as mesmas deparam-se com a falta de consciência

pública entre os consumidores, os baixos salários e a falta de investimento no segmento de seguros de vida, que é a principal razão para baixas taxas de penetração de seguros. A lenta expansão da atividade económica e do deficiente investimento de infraestrutura contribuem para a deficiente expansão dos setores em causas.

### **3.10. Consideração final**

Para a pergunta "**Quais as características do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola**" conclui-se o seguinte: que o setor dos seguros e dos fundo de pensões está orientado em gerar condições favoráveis que permitam a criação fluxo de recursos financeiros entre aforradores e investidores em Angola, impulsionando poupança e investimento, possibilitando um grande desenvolvimento ao setor produtivo. O objetivo dos setores em análise é o de dotar a economia de instituições de seguros e de fundos de pensões, que promovam o empresariado nacional e sejam responsável pelo surgimento de novos empreendedores, com a criação de pequenas, médias e grandes empresas. A estrutura atual do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola é consequência de longo um processo institucional, responsável pela supervisão das mesmas, donde se destacam o ISS e o ministério das finanças. O exercício da atividade do seguro é exclusiva das empresas de seguros ou companhia de seguros devidamente autorizados por um órgão de estado.

Em relação a pergunta "**Qual é o estado atual do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola**" conclui-se o setor dos seguros em Angola tem demonstrado crescimento considerável, tanto em número de instituições, quanto em qualidade dos serviços prestados. Fruto das reformas do setor dos seguros e das reformas económicas do país, em particular, com a aprovação e publicação da legislação em 1999-2000, que regulamenta o setor, põe fim ao monopólio no setor dos seguros liderado pela ENSA, iniciando a liberalização destes setores.

Para a pergunta "**Será que o setor dos seguros e dos fundos de pensões é de capital importância para crescimento económico de Angola**" conclui-se que o setor dos seguros é importante fornecedor de créditos às

empresas não financeiras, e o principal responsável na transferência de risco no mercado de crédito. Possuem técnicas que lhes garantem estabilidade financeira e minimizar os riscos, para obter resultados financeiros de acordo com os investimentos realizados.

Já os fundos de pensões, além de servirem para garantir uma aposentadoria confortável para empregados e servidores públicos, são provedores de grande magnitude dos investimentos na economia, atuando como agentes do desenvolvimento económico ao investirem os seus recursos de forma produtiva. As receitas investidas constituem o património das sociedades de fundos de pensões, que é aplicado em imóveis e ações, dentro de limites estabelecidos de acordo com as leis de cada país.

Em relação a pergunta **"Quais as medidas tomadas para o crescimento do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola"**, conclui-se que o setor dos seguros e dos fundos de pensões tem sido alvo de reformas que visam tornar o setor mais forte, mediante políticas do governo angolano que têm como objetivo aumentar o numero instituições de seguradoras e fundos de pensões em Angola, destinadas a servir os anseios de todas as classes, inclusive as camadas mais desfavorecidas e têm criado novas oportunidades de negócios e combatido o desemprego.

Para a pergunta **"Qual é o impacto da crise financeira global sobre o setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola"** conclui-se que todo sistema económico e financeiro de Angola tem sido alvo da crise financeira, devido à dependência, motivada em parte pelo intercâmbio comercial com a Europa e com os EUA, que constituem os maiores clientes dos recursos naturais e matérias-primas, mas também são aqueles que mais investem seus capitais em África.

O objetivo geral e específico constitui a finalidade de um trabalho científico, ou seja, a meta que se pretende atingir com a elaboração da presente dissertação, permitindo a tomada de decisões quanto aos aspetos metodológicos da pesquisa.

O objetivo geral possibilitou obter uma resposta satisfatória ao problema de pesquisa, já que o núcleo do presente trabalho centra-se contributo no do setor dos seguros e dos fundos de pensões para o crescimento económico de Angola. Para o seu cumprimento foi preciso delimitar metas mais específicas (objetivos específicos) dentro do trabalho, contribuindo para o estudo do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola.

Os objetivos específicos foram orientados para descrever a realidade do setor dos seguros e dos fundos de pensões em Angola, a partir dos indicadores fornecidos pelo ISS e outras instituições; compará-la com outras situações similares, nomeadamente com os países da região da SADC (A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (em inglês, Southern Africa Development Community) e Portugal como podemos observar no trabalho. Os objetivos específicos permitiram sistematizar os pontos determinantes para um conhecimento mais alargado dos setores em abordagem.

Por último, podemos considerar que a contribuição do setor dos seguros e dos fundos de pensões no crescimento económico de Angola é bastante reduzido, comparando com o setor petrolífero, impulsionado com o crescimento das exportações em Angola. Apesar dos esforços para melhoria deste setor a sua participação no produto interno bruto é baixa, com registo de 0,34% em 2012.

## **4. Conclusão, Recomendações e Propostas**

### **4.1. Conclusão**

O núcleo central do presente trabalho visa o estudo do contributo dos seguros e dos fundos de pensões para o crescimento económico de Angola,

partindo da análise evolutiva dos setores em estudo nos diferentes períodos do crescimento da economia Angolana, destacando a participação dos seguros e dos fundos de pensões no fomento do setor empresarial e na estabilidade financeira e no combate à pobreza. Na base do estudo feito podemos tirar as seguintes conclusões:

O presente trabalho permitiu um conhecimento alargado dos setores de seguros e fundos de pensões. Permitiu-nos fazer uma caracterização destes dois setores e compreender a participação dos mesmos no atual processo de reconstrução de Angola e no impulsionamento do setor empresarial privado.

Abalada por três décadas de guerra, o país passou um período de retrocesso económico e financeiro, com destaque para os setores em estudo. A indústria de seguros tem fornecido a cobertura de risco contra todos os riscos, desde perdas relacionadas ao exercício de atividades laborais, em particular do setor empresarial público e privado, a proteção da propriedade pessoal e perdas de natureza diversas. Do mesmo modo, os fundos de pensões têm sido importantes catalisadores de liquidez para a economia angolana.

O setor de seguros e dos fundos de pensões teve um crescimento notável com a sua liberalização em 2000. O mercado segurador Angolano regista desde 2001 um crescimento notável com a publicação da Lei Geral da Atividade Seguradora. O número de cobertura de seguro ainda é reduzido, atendendo que apenas uma fração da população beneficia destes serviços, facto que é motivado pelos prémios elevados e salários baixos.

A dependência de capitais estrangeiro tem sido um fator importante que tem contribuído para a rápida expansão dos mercados de seguros em Angola. Um dos grandes problemas que os setores dos seguros e dos fundos de pensões enfrentam em Angola é o incumprimento por partes das empresas de seguros

da lei de responsabilidade civil. Junta-se também a falta de consciência pública entre os consumidores, os baixos salários e a falta de investimento no segmento de seguros de vida, que é a principal razão para a baixa taxa de penetração de seguros.

Um dos grandes feitos foi o seguro de responsabilidade civil automóvel, que contribui ainda para a estabilidade económica e social por garantir a cobertura eficaz dos danos dos acidentes de viação e reduzindo assim o risco dos negócios. Regista um aumento quer em infraestruturas, quer a nível de penetração e da densidade de seguros, ao mesmo tempo uma melhor prestação dos serviços das seguradoras e dos fundos de pensões, aumentando a sua participação no PIB.

A intervenção do governo angolano no setor dos seguros e dos fundos de pensões vai desde a autorização ao licenciamento das seguradoras, a elaboração de normas com vista à fiscalização destes setores com intuito de proteger os consumidores e fazer dos mesmos setores um instrumento decisivo para o crescimento económico e para o desenvolvimento dos mercados financeiros, a fim de evitar a concorrência desleal e garantir a estabilidade do mercado de seguro.

As consequências da crise financeira internacional no sistema financeiro angolano tem criado prejuízos no mercado financeiro nacional, em particular as instituições seguros e fundos de pensões, afetando as empresas de seguros, o património das seguradoras e diminuindo a liquidez e aumentando o risco de falência, devido à dependência destes setores do financiamento estrangeiro. O grande desafio do governo angolano consiste na elaboração de normas que permitam às empresas de seguros e dos fundos de pensões terem liquidez que garanta o seu funcionamento e evitar o risco operacional, bem minimizar impacto da crise financeira internacional nestes setores.

A criação do Mercado de Capitais em Angola representa uma valência adicional para o financiamento da economia angolana, do setor dos seguros e dos fundos de pensões privados e pública, devido à fraca capacidade do crédito bancário e pode facilitar a atração de fluxos de investimento estrangeiro

para o setor produtivo, permitindo às instituições financeiras Angolanas a aquisição e venda de títulos, de forma a minimizarem a dependência do setor empresarial do financiamento estatal.

Estamos cientes que a abordagem dos setores em causa é um campo vastíssimo, por isso esperamos receber subsídios para o seu melhoramento. Deste modo, estamos certos que conseguimos atingir os objetivos preconizados, tendo como base os princípios da metodologia de investigação científica que deve obedecer quaisquer pesquisa de investigação.

#### **4.2. Recomendações e propostas**

De modo a contribuirmos para um conhecimento alargado sobre o setor dos seguros e dos fundos de pensões e entendermos o contributo destes

setores no desenvolvimento económico de Angola, apresentamos as seguintes recomendações e propostas:

- Que os órgãos competentes elaborem legislação que incentive a modernização e liberalização do setor dos seguros e fundos de pensões, com vista a estimular o crescimento do mercado financeiro Angolano.
- Que o ministério das finanças e o instituto de supervisão de seguros do país fiscalizem as atividades das seguradoras e dos fundos de pensões, de modo a evitar falência e evitar prejuízos avultados aos clientes e investidores do ramo.
- Que os prémios pagos às seguradoras e fundos de pensões estejam de acordo com risco e que se atenuem todos os entraves e burocracia para que o segurado beneficia do prémio pago.
- Que as empresas de seguros e fundos de pensões coloquem ao alcance do público Angolano informações credíveis sobre os seus serviços e funcionamento, de maneira a que se tenha maior aceitação, e que o público possa selecionar as melhores instituições do ramo, que melhor servem os seus interesses.
- Que as autoridades Angolanas definem planos que permitam uma maior expansão destes setores a todos os extratos sociais, atendendo o papel o que estes setores jogam no fomento do setor empresarial, na geração de emprego e na garantia do bem-estar dos trabalhadores Angolanos e públicos em geral.
- Que seja implementado o mercado de capitais em Angola, a fim de proporcionar liquidez às empresas de seguros e dos fundos de pensões por meio de emissão de títulos, viabilizando o processo de capitalização do setor, diversificando as fontes de financiamento dos investimentos de expansão e modernização dos setores em estudo.

- Que as empresas de seguros e dos fundos de pensões elaborem permanentemente relatórios sobre suas atividade, de modo a termos informações que nos permitam conhecer a evolução destes setores e o impacto dos mesmos no crescimento económico de Angola.
- Que as universidades privadas, publicas e instituições afins promovam investigação sobre factos inerentes ao setor dos seguros e sobre a realidade dos fundos de pensões em Angola.
- Que o Ministério das Finanças, o instituto de supervisão de seguros e demais seguradoras, fornecem apoio moral e material a todos que se propõem a investigar o tema, de modo que num futuro breve tenhamos fontes que nos permitam conhecer o contributo do setor dos seguros e dos fundos de pensões no desenvolvimento económico de Angola.
- Que os académicos e intelectuais destes países elaboram manuais e monografias cujos temas estejam ligados ao sistema financeiro Angolano em geral e em particular do setor dos seguros e dos fundos de pensões, para uma melhor compreensão e divulgação do papel dos setores em causas no sistema financeiro na mobilização de recursos e no financiamento de investimentos que estimulem o crescimento económico.
- Que as instituições de seguros e de fundos de pensões apostem seriamente na capacitação e formação de novos quadros que possam contribuir para o crescimento dos seguros e dos fundos de pensões e darem respostas aos problemas que podem eventualmente surgir.

## **5. Bibliografia**

1. Almeida, Nádía - O sistema financeiro Angolano, uma análise do setor dos seguros, tese para obtenção do grau do Mestrado, Lisboa 2011.

2. Baltensperger, Ernst e outros - Regulação e intervenção na indústria de seguro, questões fundamentais, universidade de Berna, 2007
3. Branco, Carlos Nunes- Implicações do protocolo comercial da SADC para famílias camponesas em Moçambique, janeiro 2005
4. Banco Nacional de Angola, Relatório de supervisão das instituições Financeiras, 2006 a 2012
5. Custódio, Reinaldo Ferreira Silvério- Participação e importância dos fundos de pensão no mercado de capitais 1995-2010,dissertação de mestrado em economia na universidade de Brasília, 2012
6. Correa, Elissandra Pombo -Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Económico, Revisão da Literatura e estudos empíricos aplicados no Brasil, Rio de Janeiro, julho de 2005
7. Dilolwa, Carlos- Seguro s resseguro, editora Caxinde, 1999
8. Fortes, Amanda de Fátima Jesus - Gestão em Angola, 2012
9. Fernandes, Lito Nunes - As consequências da crise financeira internacional nas economias da África subsaariana, 2012
10. Instituto Nacional de Estatística Classificação das atividades económico de Moçambique, 1998
11. Jardim, Helena - Sistema de pagamento, experiência de Angola, BNA, s.d
12. Jover, Estefânia - Angola Perfil do Setor Privado do País, setembro, 2012
13. Lisboa, João de Jesus – O contributo da história do setor financeiro em Angola, Tese para obtenção do grau de mestre, Universidade Portucalense, Porto, 2013

14. Mateus, Ana Paula - Atividade e gestão dos fundos de pensões nos países lusófonos condições de acesso, instituto de seguros de Portugal, setembro de 2007
15. Matos, Orlando - Choque externo e a resposta de política da, SADC, dezembro, 2011
16. Manuel, Aziz Sajó - O incumprimento dos empréstimos no mercado de microcrédito em Angola, Coimbra, 2010
17. Ministério das Finanças Principais realizações do Ministério das Finanças no Âmbito da SADC, abril, 2013
18. Ministério do desenvolvimento, comércio exterior, industria Oportunidades de negócios e serviços Angola e Brasil, s.d
19. Nações Unidas - Quadro jurídico do investimento privado em Angola, Genebra, 2011
20. Nazaré, Domingas - ENSA e as reformas do setor segurador em Angola, editora Caxinde, 2008
21. Relatório anual da atividade de seguro e fundos de pensões em Portugal 2008,2009 e 2010, Instituto de Supervisão de Seguro de Portugal
22. Regulamento de Gestão dos fundos Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) aprovado pelo Decreto Presidencial nº 108/2012 de junho
23. Silva, Pereira - Breves ensaios sobre seguros, editora ASA, 1993
24. Teixeira, Carlos - A nova constituição económica de Angola e as oportunidades de negócios e investimentos faculdade de direito da universidade de Lisboa, março, 2011

25. Leitão, Morais e outros - Regime geral sobre o investimento externo, novembro, 2012
26. Quental, Luís Nuno - A relação entre os conflitos armados e os recursos naturais, Portugal, 2003
27. Teixeira, Carlos - A Intervenção do Estado na Economia em Angola, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2012
28. Vicente, São - A gestão política da economia Angolana, editora Nzila, 2000

### **Artigos e Revista**

1. Amaral, Hudson Fernandes e outros - Fundos de pensão como formadores de poupança interna: uma alternativa para o financiamento da atividade econômica, Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, junho, 2004
2. Aguiar, Carolina- Crise financeira – tudo sobre a crise financeira mundial, 2013
3. AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP - Angola - Perspectivas Económicas na África
4. Agência Brasileira de promoção de exportação e investimentos- África do Sul perfil e oportunidades comerciais, 2011
5. BAS, corretora de seguros, 2013
7. Bacha, Edmar Lisboa e outros- Mercado de capitais e crescimento econômico lições internacionais, desafios brasileiros, 2005

6. Barbosa, Figueiredo Marques- Fundos de pensão como formadores de poupança interna: uma alternativa para o financiamento da atividade econômica, Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, 2004
7. Cranston, Stephen - Fundos de capital de risco à descoberta de África , maio, 2011
8. Casses, Rafael Fiuza- Fundos de pensão não são instituições financeiras Rio de Janeiro, 2009
9. CMC, Comissão de Mercados de Capitais, 2012
10. Enciclopédia e dicionário Porto, 2013
11. GA ANGOLA seguros, março de 2010
12. Guia de indemnizações, 2013
13. Machado, Márcia Regina Calcano e outros - Evidência do risco atuário nas demonstrações financeiras das seguradoras que operaram providencia complementar aberto, Universidade de S. Paulo
14. INFORBANCA - O sistema financeiro Angolano, Lisboa, 2009
15. Instituto de Supervisão de Seguro - Boletim Anuário das atividades das Seguradoras e Fundos de Pensões anos de 2001, 2002,2004 e 2007.
16. Instituto de Supervisão de Seguro - Revista Informativa sobre os Seguros e Fundos de Pensões, 2010 e 2012.
17. Instituto de Seguros de Portugal,2013
18. Hoppe, Kathrin- A importância do seguro para a sociedade, s.d
19. José, Madalena - Mercado de seguros com deficiências, Abril, 2013
20. KPMG, Análise do setor Segurador e de Fundos de Pensões em Angola, 2012

21. Londa, Emílio- Importância Estratégica do Mercado de Capitais para Angola, setembro, 2011
22. Michael J.- Os efeitos de regulamentação do Estado sobre prémios de seguros de saúde: uma análise preliminar, Alabama, 2003.
23. Nunes, Paulo - Definição de seguro, julho, 2008
24. Nair, Sandhya - Indústria de seguros em Angola, Principais Tendências e oportunidades para 2017, março 2013
25. Países Africanos dos PALOP- Perspetiva económica para África, 2012
26. Rebello, Alexandro - Apresentando a teoria da informação assimétrica, 2008
27. Reis, António Egídio - A supervisão de seguro, desafios futuros, s.d
28. Revista brasileira Risco e Seguro - atuação das companhias de seguros nos mercados financeiros internacionais
29. Revista de Mercado de "Apólices" 2013
30. RoboForex, 2013
31. Silva, Mónica Ferreira e outros - Casos de ensino em administração, Revista de administração contemporânea, Curitiba, junho 2004
32. Tudo sobre seguros - Entenda o seguro garantia, Brasil 2012
33. Seabra, Rafael - Crise Financeira, outubro, 2008
34. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), 2013
35. Silva, Carlos- Fundos de pensões, 2012

- Mediador.pt, Seguros e previdência, 2013
- Página virtual do jornal de Angola ([www.angonoticias.com](http://www.angonoticias.com)) 2008.
- Portal do BNA ([wwwbna.ao](http://wwwbna.ao))
- Portal do Ministério das Finanças ([www.minfin.gv.ao](http://www.minfin.gv.ao))
- Portal do Instituto de Supervisão de Seguros ([www.iss.gv.ao](http://www.iss.gv.ao))
- Portal da ENSA ([www.ensa.org.br](http://www.ensa.org.br))

## **7. Glossário**

**Apólice de Seguro:** Documento que titula o contrato celebrado entre o tomador de seguro e a empresa de seguros de onde constam as respectivas condições gerais, especiais se as houver e, particulares acordadas.

**Carteira de Seguro:** Conjunto de negócios compreendendo vários ramos e modalidades de seguro, de uma seguradora.

**Comissões:** valor pago ao mediador pelo serviço de intermediação.

**Contribuições:** Dotações que a associada e os participantes fazem ao fundo, calculadas atualmente.

**Fundos de Pensões:** Conjunto de um património que visa a realização de um ou vários planos de pensões, calculados atualmente.

**Fundos de Pensões Abertos:** São os fundos em que o número e a idade dos participantes são desconhecidos no início pois o seu universo é abrangente.

**Fundos de Pensões Fechados:** São os fundos em que o número e idades dos participantes são conhecidos do início, e existe um vínculo laboral, empresarial ao associativo, com um universo próprio e restrito.

**Indemnização:** É o montante pago pela seguradora ao segurado quando ocorre o sinistro.

**Margem de Solvência:** Património da seguradora, livre de obrigações.

**Mediador:** Pessoa coletiva ou singular que, de forma remunerada, presta assistência a realização de contrato de seguro.

**Pensão de Reforma:** É a pensão vitalícia que o participante recebe ao atingir a idade de reforma.

**Pensão de Sobrevivência:** É a pensão que os herdeiros do participante recebem por morte deste.

**Plano de Pensões:** Conjunto de princípios que estabelecem regras para atribuição de benefícios aos participantes e/ou benefícios.

**Premio de Seguro:** Valor pago pelo tomador de seguro, mediante o qual, uma parte, a empresa de seguros, se compromete, na eventualidade de ocorrer um

evento aleatório, a fornecer a outra parte contratante, uma prestação em dinheiro.

**Provisão Matemática:** É o montante que corresponde a diferença entre o valor atual da responsabilidade da seguradora e o valor atual da responsabilidade do segurado, num dado momento, calculadas em conformidade com bases técnicas aprovadas.

**Provisões Técnicas:** É a reserva que a seguradora é obrigada a constituir e manter nos níveis legalmente fixados, para fazer face aos compromissos assumidos.

**Seguro:** Operação pela qual uma empresa de seguro faz por sua vez, segurar partes dos riscos que assume. Pode-se dizer que é o seguro do seguro.

**Resseguro Cedido:** Operação de resseguro a seguradora cede negócios as suas resseguradoras contrapondo-se a ideia do resseguro aceite, quando uma seguradora nos limites da lei também aceita negócios de uma outra seguradora, quer do exterior, quer do próprio país.

**Risco:** Traduz o perigo e a incerteza da ocorrência de um evento aleatório, fortuito e danoso.

**Seguro:** Operação pela qual uma parte (segurado) mediante o pagamento de um valor, o prêmio que paga a outra parte (seguradora), obtém sobre contrato (apólice) garantia de uma indemnização para terceiros (benefícios), no caso da ocorrência de um determinado risco.

**Seguro Direto:** Operações efetuadas entre a seguradora e os seus segurados, contrapondo-se à ideia das operações de resseguro efetuadas entre a seguradora e a (s) sua (s) resseguradora (s).

**Sinistros:** Qualquer evento capaz de fazer funcionar as coberturas de uma apólice.

# Anexos

## ANEXO Nº 1

### Legislação do setor dos seguros e dos fundos de pensões

#### ACTIVIDADE SEGURADORA E DE FUNDOS DE PENSÕES

##### 2.1 - LEGISLAÇÃO ANGOLANA DE SEGUROS

a) Diplomas legais constantes do Boletim Anuário/2001, onde já constam os resumos dos respectivos conteúdos das matérias legais:

Lei nº 1/00 de 3 de Fevereiro	Lei Geral da Actividade Seguradora (D.R.ª Série nº 5)
Decreto nº 6/01 de 2 de Março	Sobre o Resseguro e Co-seguro (D.R.ª Série nº 10)
Decreto nº 2/02 de 11 de Fevereiro	Sobre o Contrato de Seguros (D.R.ª Série nº 12)
Decreto Executivo nº 58/02 de 5 de Dezembro	Sobre o Sistema de Tarifas (D.R.ª Série nº 97)
Decreto nº 79-A/02 de 5 de Dezembro	Sobre o Plano de Contas de Seguro (D.R.ª Série nº 97)
Decreto Executivo nº 5/03 de 24 de Janeiro	Sobre as condições de acesso e de funcionamento da Actividade Seguradora (D.R.ª Série nº 6)
Decreto Executivo nº 6/03 de 24 de Janeiro	Sobre as Garantias Financeiras (D.R.ª Série nº 6)
Decreto Executivo nº 7/03 de 24 de Janeiro	Sobre a Mediação e Corretagem de Seguros (D.R.ª Série nº 6)
Decreto nº 7/02 de 9 de Abril	Sobre as transgressões na Actividade Seguradora e Fundos de Pensões (D.R.ª Série nº 28)
Circular n.º 01/ISS/MF/03	Sobre a sistematização das informações obrigatórias e periódicas a prestar pelas seguradoras e sociedades gestoras de fundos de pensões, emitido pelo ISS à título provisório.
b) Diplomas legais aprovados e publicados após o Boletim Anuário/2001	
Decreto n.º 63/04 de 28 de Setembro	Aprova o estatuto do Instituto de Supervisão de Seguros - ISS, como órgão especializado do Ministério das Finanças para a execução da política nacional de seguros e fundos de pensões bem como para o controlo e supervisão do mercado de seguros e fundos de pensões. (D.R.ª Série n.º 78)
Decreto n.º 96/04 de 17 de Dezembro	Cria sob tutela do Ministério das Finanças o Fundo de Actualização e Regularização de Seguros, abreviadamente designado por FUNSEG o qual tem por objecto social principal o caucionamento das provisões técnicas das sociedades seguradoras. (D. R.ª Série n.º 101)
Decreto n.º 53/05 de 15 de Agosto	Aprova o Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, no âmbito da legislação da protecção social obrigatória, tutelada pelo MAPESS. Este diploma entra em vigor 180 dias após a data da sua publicação.

## LEGISLAÇÃO ANGOLANA SOBRE OS FUNDOS DE PENSÕES

**Decreto nº25/98 de 7 de Agosto** - Aprova a criação e funcionamento dos fundos de pensões  
(D.R.Iª Série nº 34)

Complementa o sistema de segurança social, visando proteger e melhorar as garantias de velhice, sob o mecanismo da capitalização.

**Decreto Executivo nº16/03 de 21 de Fevereiro** - Sobre as Normas de Funcionamento para as Entidades Gestoras de Fundos de Pensões.  
(D.R.Iª Série nº 14)

Estabelece as regras sobre o modo de constituição das entidades gestoras e dos fundos de pensões, permitindo o seu adequado funcionamento

**Despacho nº 9/03 de 21 de Fevereiro** - Sobre o Cálculo e Constituição da Margem de Solvência e do Fundo de Garantia  
(D.R.Iª Série nº 14)

Regulamenta sobre o cálculo e constituição da margem de solvência e do fundo de garantia, sobre as Informações Obrigatórias e Periódicas e sobre as responsabilidades relativas a planos de pensões das entidades gestoras e contabilização e valorimetria dos activos de fundos de pensões.

**Circular nº 01/ISS/MF/03** - Sobre a sistematização das informações obrigatórias e periódicas a prestar pelas seguradoras e sociedades gestoras de fundos de pensões.

Foi emitida provisoriamente a circular pelo ISS, centralizando todos os modelos e mapas fixados nos diversos diplomas acima descritos, por forma a facilitar a gestão e orientar as reconversões tecnológicas para o cabal cumprimento do sistema das Informações Obrigatórias e Periódicas.

## Anexo nº 2

### Estatística sobre os Fundos de Pensões

Rubricas	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de Soc. Gestoras de Fundos de Pensões	3	3	3	4	5
Nº de Fundos de Pensões	14	19	21	21	23
Fundos de Pensões Explorados	11	15	15	19	20
Pensionistas	7.767	7.767	9.630	8.260	9.637
Nº de Fundos de participantes	28.161	28.161	35.000	34.088	<b>35.571</b>

Fonte: ISS (Elaboração própria)

### Fundos abertos e fechados

Rubrica	2008	2009	2010
Fundos abertos	2,49	3,05	3,85
Fundos fechados	100,63	91,45	88,73
Total	103,09	94,5	92,58

Fonte: ISS (Elaboração própria) valores em milhões de dólares

### Indimnização

Rubrica	2008	2009	2010
Vida	4,37	8,21%	
Petroquimica	0,00%	0%	0%
Automovel	31,26%	29,65%	36,24%
Transportes	1,15%	0,32%	20,78%
Acid.de trab. E doenças profissionais	52%	4,70%	2,16%
Acid. Pessoais saúde, viagem, etc	11,11%	39,90%	40,06%

Fonte: ISS (Elaboração própria)

## Volume de premios

Rubrica	2008	2009	2010
Vida	7,49%	6,44%	4,59%
Petroquimica	21,49%	27,26%	17,93%
Automovel	16,48%	19,03%	27,90%
Transportes	8,70%	3,32%	7,61%
Acid.de trab. E doenças profissionais	25%	4,70%	2,16%
Acid. Pessoais saúde, viagem, etc	20,84%	23,73%	26,39%

Fonte: ISS (Elaboração própria)

## Margem de solvência

Rubrica	Montante a constituir				Taxa de cobertura			elementos da margem		
	2007	2006	2005	2007	2006	2005	2007	2006	2005	
ENSA	3.970.135	2.775.912	10.243.607	-7	8	62	-260.044	227.044	6.422.535	
AAA	2.828.399	3.130.818	2.960.774	12	47	55	350.989	1.475.823	1.630.212	
Nossa	286.016	182.724	135.717	61	205	166	175.050	376.218	226.526	
G.A.	90.020	215.025	67.855	601	208	272	541.152	448.974	184.908	
Global seguros	242.762	192.000		258	307		626.854	590.603		

Fonte: ISS (Elaboração própria)

## Ranking Sociedades Gestoras

Sociedades Gestoras	2007	2006	2005
AAA Pensões	16.747,69	17.729,42	17.580,26
Gestão de Fundos SARL	1.803,31	2.196,46	974,87
Felix Pensões	1.200,63	607,29	0
Total	19.752,23	20.533,19	18.555,13

milhões em KZ

## Ranking das sociedades de seguros

SEGURADORAS	VIDA E NÃO VIDA	VIDA	NÃO VIDA
	2007	2007	2007
AAA seguros	55,03	83,37	53,22
ENSA Seguros	39,94	15,89	41,47
NOSSA Seguros	2,74	0,74	2,87
GOLBAL Seguros	2,26	0	2,41
GA Seguros	0,03	0	0,04
MUNDIAL Seguros	0	0	0

Fonte: ISS (Elaboração própria)

## Estatísticas sobre o sector dos Seguros

Rubricas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indemnização de Seguro Directo	1.374,20	1.361	6.898,60	1.962,40	1.453,40	2.923,34	5.211,94	8.634,10	13.002,47	15.224,80
Prémio de seguro directo	2.081	13.127	20.131,30	23.781,30	30.548,61	32.472,39	37.981,60	36.483,98	55.080,69	76.054,25
Prémio Cedido em Resseguro	957,8	11.321,50	6.556,60	890,4	23.450,35	23.220,69	27.037,45	20.884,77	31.148,22	38.257,67
Participação do seguro no PIB	0,43%	0,44%	0,38%	0,26%	n.d.	0,28%	0,15%	0,07%	0,33%	0,34%
Prémio /PIB(Taxa de Penetração de Seguro)	1,06%	2,63%	1,97%	1,43%	1,02%	1,22%	0,93%	0,26%	0,33%	0,34%
Prémio/Hab.(Taxa de Densidade de Seguro)	173,42	1.093,92	1.682,61	1.574,21	1.970,88	2.150,49	2.452,54	2.354	3.328,74	4.596,26
Ativos investidos	3.367	6.043	8.523	10.223	10.130,67	11.038,95	11.981,67	13.302,17	11.995,14	34.243,66

Valores em Milhões de KZ

Rubricas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Valor dos Fundos / PIB	0,82%	0,51%	0,64%	0,95%	0,64%	0,72%	0,44%	0,56%	0,52%	0,50%
Densidade	136	201,59	551,8	1.050,70	1.197,12	1.324,72	1.272,59	496,32	489,25	518,13
Valor dos Fundos de Pensões	1.627,30	2.419,08	6.621,60	15.865,69	18.555,31	20.533,19	19.725,23	24.067,05	31.632,16	37.752,66
Pensões pagas	194,3	74,53	1.446,20	1.690,52	1.914,34	2.228,65	2.656,51	2.891,94	3.307,45	3.776,39
Ativos investidos	1.229,60	2.415,43	n.d.	15.277,10	n.d.	17.093,62	19.627,21	21.642,90	25.653,68	37.126,17

Fonte: ISS (Elaboração própria)



### ANEXOS N ° 3

#### Análise comparativa dos seguros na região da SADC

Países	Número de Companhia de Seguros Licenciadas			
	2009		2010	
	Número	%	Número	%
Angola	7	2	10	2,4
Botswana	15	4,2	18	4,9
Lesoto	5	1,4	7	1,9
Malawi	12	3,4	12	3,3
Maurícias	18	5	21	5,7
Moçambique	8	2,2	8	2,2
Namíbia	18	5	17	4,6
A. do Sul	174	48,6	182	49,5
Suazilândia	8	2,2	9	2,4
Tanzânia	24	6,7	26	7,1
Zâmbia	14	3,9	14	3,8
Zimbabwe	55	15,4	45	12,2
<b>TOTAL</b>	<b>358</b>	<b>100</b>	<b>368</b>	<b>100</b>

Fonte: ISS (Elaboração própria)

### Prémios de seguro direto

Países	2009 - Prémio de Seg. Directo em milhões de USD				2010 - Prémios de Seg. Directo em milhões de USD			
	Vida	%	Não-Vida	%	Vida	%	Não-Vida	%
Angola!	41	0,1	603	5,09	38	0,09	783	5,44
Botswana	238,7	0,57	119,5	1	286,2	0,67	140,2	0,97
Lesoto	46,9	0,11	28,2	0,23	65,4	0,15	29,8	0,21
Malawi	31,9	0,08	51,5	0,43	30,8	0,07	58,2	0,4
Maurícias	291,4	0,7	160,4	1,35	378,8	0,89	176,5	1,23
Moçambique	12,1	0,03	91,8	0,77	19,3	0,05	100,3	0,7
Namíbia	599,9	1,43	226,5	1,91	670,3	1,57	301	2,09
A. do Sul	40.445,80	96,75	10.221,00	86,05	41.093,30	96,06	12.299,40	85,39
Suazilândia	20,4	0,05	40,8	0,34	36,4	0,09	50,4	0,35
Tanzânia	16,1	0,04	158,2	1,33	21,1	0,05	172,9	1,2
Zâmbia	46,6	0,11	144,1	1,21	48,6	0,11	174,7	1,21
Zimbabwe	13,6	0,03	35	0,29	85	0,2	117,3	0,81
<b>TOTAL</b>	<b>41.804</b>	<b>100</b>	<b>11.880</b>	<b>100</b>	<b>42.384</b>	<b>100</b>	<b>14.404</b>	<b>100</b>

Fonte: ISS (Elaboração própria)

## Taxa de penetração e densidade de seguro

País	Densidade dos seguros	USD		Taxa de penetração dos seguros	
		USD		%	
	2009	2010	2009	2010	
Angola	37,5	49,7	0,88	1	
Botswana	199	236,9	3,06	2,8	
Lesoto	39,5	50,1	4,43	4,45	
Malawi	6,2	6,5	1,68	1,65	
Maurícias	353	433,9	5,23	5,86	
Moçambique	5,2	5,3	1,06	1,26	
Namíbia	375,6	426	8,77	7,98	
A. do Sul	1.027,70	1.070,00	20,94	19,3	
Suazilândia	61,2	83	1,81	2,12	
Tanzânia	4,1	4,5	0,83	0,89	
Zâmbia	14,8	17,1	1,55	1,38	
Zimbábue	3,6	15	0,87	3,01	
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>213,2</b>	<b>14,56</b>	<b>11,76</b>	

Fonte: ISS (Elaboração própria)